



Rapadura é fabricada em Várzea Grande (MT): produção familiar poderá ser diversificada

Incentivos ao pequeno produtor de cana-de-açúcar

O aumento da procura por carros bicompostíveis – movidos tanto a álcool quanto a gasolina –, conseqüência das seguidas altas no preço do petróleo, tem estimulado o setor produtor de cana-de-açúcar, que prevê dobrar a área plantada com a cultura em seis anos. Para fortalecer os pequenos e médios fornecedores das usinas de álcool, o senador

Renan Calheiros apresentou projeto que prevê a criação de programa específico para esse segmento, visando à ampliação do crédito, das opções de armazenamento e de assistência técnica. A matéria, em exame na Comissão de Assuntos Econômicos, veda o apoio a propriedades que façam uso de trabalho escravo ou que adotem práticas nocivas ao meio ambiente.

PÁGINA 5

Exame do Orçamento avança, sem a LDO

Mesmo sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Valdir Raupp apresentou sexta-feira **parecer** preliminar ao Orçamento para 2007, iniciando a tramitação de fato da proposta e abrindo prazo para **emendas** ao relatório.

PÁGINA 4

Acordo permite votação de MPs e prorrogação da Lei Kandir

Líderes acertam votação, para esta semana, de 14 medidas provisórias e da prorrogação, até 2011, de isenção de ICMS prevista na Lei Kandir. Supersimples fica para novembro.

PÁGINAS 2 E 3

Antropólogo vê distorções no sistema político brasileiro

Segundo Marcos Otávio Bezerra, representação política é exercida por rede de relações que libera verbas e cargos.

PÁGINAS 8 E 9

Eleição direta para suplente de senador em discussão

PÁGINA 10

cidadania e mais...

Direitos dos detentos incluem auxílio aos familiares

Todos os detentos no Brasil têm direito à assistência do Estado, responsável também pelo pagamento de auxílio-reclusão aos dependentes carentes dos presos contribuintes do INSS. Para tanto, devem obediência às normas e ao cumprimento das sentenças. Veja mais no *Especial Cidadania*.

PÁGINA 16

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
ACONTECEU NO SENADO	Página 15



PLENÁRIO Governos estaduais e municipais querem aprovação do PLS 68/06, mas brigam por alterações no Supersimples

Pequena empresa aguarda mudanças

Dois projetos de interesse dos governos estaduais e municipais figuram na pauta de votações do Plenário do Senado para esta semana. São eles: o projeto de lei da Câmara (PLC 100/06) que institui a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas – também chamado de projeto do Supersimples – e o projeto de lei do Senado (PLS 68/06) que adia de janeiro de 2007 para janeiro de 2011 a entrada em vigor de dispositivo da Lei Kandir que permite o abatimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre as mercadorias compradas para uso e consumo próprio e nas contas de energia elétrica e telefone das empresas.

Mas só a mudança da Lei Kandir deve ser votada na sessão desta terça-feira. O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou na semana passada que os líderes partidários chegaram a acordo para viabilizar a votação do PLS



Trabalhador do pólo de móveis de Cruzeiro do Sul (AC): Supersimples deve regularizar informais

68/06 – além, é claro, das 14 medidas provisórias que figuram na pauta da Casa e que precisam

ser votadas prioritariamente (veja matéria na página 2). Já a Lei Geral das Micro e Pequenas

Empresas só deverá ser apreciada em novembro, depois do segundo turno das eleições, conforme

prevê o próprio relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA).

Os pleitos estaduais e municipais têm sido defendidos pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que congrega os secretários de Fazenda dos estados, e pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Essas entidades se articularam para pressionar pela aprovação no Congresso do PLS 68/06 e pelo adiamento da apreciação do projeto do Supersimples, que, segundo elas, ainda precisa ser aprimorado.

Depois de um encontro com Renan Calheiros no dia 3 de outubro, integrantes do Confaz e da CNM propuseram a realização de audiência pública para discutir o texto do Supersimples aprovado na Câmara, entregaram documento com 11 pontos do projeto que consideram preocupantes e pediram a aprovação do adiamento da isenção do ICMS prevista na Lei Kandir (veja abaixo um resumo do documento).



Relator do Supersimples, Luiz Otávio (E) aposta em votação após eleições; Rodolpho Tourinho, autor do projeto que altera dispositivo da Lei Kandir, defende receitas para os entes federados



Supersimples previsto para depois do segundo turno

Os governos estaduais e municipais sairiam vitoriosos com o possível adiamento da votação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas para depois do segundo turno das eleições, em 29 de outubro. Quanto mais tempo o projeto levar para ser apreciado, mais os estados e municípios ganham tempo para fazer alterações no texto visando minimizar o efeito redutor exercido sobre a arrecadação de impostos pelos benefícios concedidos aos pequenos empresários.

O projeto do Supersimples, como também é chamado, foi aprovado na Câmara no dia 5 de outubro. A proposta tem como objetivo unificar impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, facilitar o crédito bancário e garantir tratamento preferencial para micro e pequenas empresas nas licitações públicas.

Mas entidades representativas dos estados e municípios, como a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e o Conselho

Nacional de Política Fazendária (Confaz), propõem uma série de mudanças, conforme documento entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Entre as mudanças propostas está a supressão de dispositivo da lei que permite às pequenas empresas enquadradas no Supersimples ficarem isentas do recolhimento do salário-educação. Segundo a CNM e o Confaz, isso acarretaria uma perda de arrecadação superior a R\$ 1 bilhão por ano para os estados e municípios.

Já a intenção dos defensores da proposta é referendar o texto sem mudanças em relação ao que foi aprovado na Câmara, para que ele não precise voltar a ser examinado pelos deputados, seguindo diretamente para a sanção do presidente da República. Nesse time estão o empresariado e o governo, de olho na possibilidade de regularizar boa parte dos 10,3 milhões de empreendimentos que vivem à margem da economia formal e contribuir para o crescimento do país.

Isenção do ICMS deve ser adiada para 2011

Deve ser votado nesta terça-feira o projeto que adia de 2007 para 2011 a entrada em vigor do abatimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) embutido no preço das mercadorias compradas para consumo próprio e nas contas de energia elétrica e telefone das empresas, conforme disposto na chamada Lei Kandir (Lei Complementar 87/96). Se o PLS 68/06 for aprovado – como se prevê –, governos estaduais e municipais serão beneficiados. Isso porque eles ficarão livres por mais quatro

anos das perdas que teriam com a isenção do ICMS.

– Se o abatimento entrar em vigor a partir de 2007, os estados deixam de arrecadar cerca de R\$ 17 bilhões por ano – disse Lina Vieira, coordenadora do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que congrega secretários de Fazenda dos estados, lembrando que cerca de R\$ 4,3 bilhões desse valor deixariam de ser repassados aos municípios.

De acordo com o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), autor do projeto, sem a renovação do prazo,

os estados passariam a acumular pesados prejuízos. Em São Paulo, por exemplo, as perdas seriam de R\$ 544 milhões mensais.

Tourinho lembra que a proposta é a garantia de receitas importantes para os entes federados, inclusive os municípios, cuja escassez de recursos dificulta o atendimento às demandas da população. Dessa forma, ele acrescenta que a prorrogação do prazo foi a forma encontrada para minimizar os prejuízos tributários impostos aos estados pelas desonerações do ICMS.

Pontos da discórdia

Veja o que os estados e municípios querem mudar no projeto de Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

1. Vigência - Estados e municípios pedem um ano, a partir da aprovação da lei, para que ela entre em vigor, de forma que as partes envolvidas tenham tempo para se adaptar às normas. O projeto que tramita no Senado prevê a entrada em vigor no dia 1º de janeiro de 2007.

2. Salário-educação - Estados e municípios temem a isenção prevista para pequenas e médias empresas

do pagamento de determinadas contribuições, como o salário-educação. Eles temem perder mais de R\$ 1 bilhão por ano.

3. Matriz e filiais - Querem vedar o enquadramento no Simples Nacional de empresas que têm estabelecimentos em mais de um estado ou município. O projeto que está no Senado não prevê tal restrição.

4. Transportadora - Vedar o enquadramento no Simples Nacional de empresas de transporte em geral, não apenas das que transportam passageiros, como prevê o projeto atual.

5. Registro - Discordam da determinação incluída no projeto de que as empresas de micro e pequeno porte poderão fazer seu registro independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas da sociedade e dos sócios.

6. Base de cálculo - Querem suprimir do projeto a possibilidade de o empresário contribuinte optar, para fins de cálculo do imposto a pagar, pela receita que efetivamente entrou no caixa, em vez da receita contabilizada.

7. Valor adicionado - Pedem que, para efeito de tributação,

o chamado valor adicionado seja calculado sobre a receita bruta anual, e não sobre o ICMS recolhido pelas micro e pequenas empresas, como prevê o texto atual.

8. Comitê Gestor - O comitê deve ter competência para gerir e regulamentar todos os aspectos do Simples Nacional (não apenas os tributários, como prevê o projeto de lei) e a mesma quantidade de representantes da União, estados e municípios.

9. Regimes de tributação - Pleiteiam a supressão de dispositivo que permitiria a coexistência do Simples Nacional

com outros regimes especiais de tributação de ICMS e ISS.

10. Seguro-receita - Inclusão de dispositivo que assegure, para os estados com menor participação no PIB nacional, caso o Simples gere perda de receita, o ressarcimento por parte da União com base na média do ICMS arrecadado pela empresas enquadradas na tributação simplificada nos três anos anteriores

11. Receita do ISS - Contestam tanto a determinação de que a União cobre o ISS, principal imposto municipal, quanto a redução nas alíquotas.

ORÇAMENTO



Ministro Paulo Bernardo, o presidente da CMO, Gilmar Machado, e os relatores do Orçamento, Valdir Raupp, e da LDO, Romero Jucá: tramitação formal já começou

Orçamento começa a tramitar, sem LDO

Apesar do acirramento da disputa eleitoral, que travou qualquer possibilidade de acordo entre os líderes para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007, o Orçamento começou a tramitar. Mesmo com pouco espaço para acomodar os pedidos dos parlamentares e solucionar pendências como a Lei Kandir – as previsões de receita vieram infladas pelo Executivo –, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) conseguiu apresentar na última sexta-feira o seu parecer preliminar, conforme cronograma da Comissão de Orçamento (CMO).

Com isso, o prazo para emendas foi aberto esta semana, iniciando a tramitação de um dos projetos orçamentários mais difíceis e polêmicos dos últimos anos, como avalia o próprio relator. Segundo Raupp, o ideal seria o governo refazer o Orçamento, revendo suas estimativas de arrecadação. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, durante audiência na CMO na terça-feira, informou que enviará até 31 de outubro a revisão dos parâmetros para 2007, com previsões atualizadas do produto interno bruto (PIB) e da inflação deste ano.

No entanto, com perspectiva de crescimento modesto e inflação em baixa, essa revisão não sinaliza nenhum alento aos congressistas. Ao contrário. Bernardo deixou claro que emenda parla-

mentar não é só para aumentar gastos. “Pode diminuí-los.” E que o atual governo não tenciona retirar o projeto para readequá-lo, deixando essa tarefa com o Congresso. Porém, entre os integrantes da CMO, cresce o número dos que acreditam que essa decisão dependerá do segundo turno.

O relator adiantou que irá incorporar no seu parecer final a redução gradual da CPMF defendida pelo ministro do Planejamento, com a apresentação de uma PEC. Na audiência, Bernardo propôs que a alíquota da CPMF decline, ao longo de “dez a 15 anos”, de 0,38% para 0,08%, o que corresponde ao percentual destinado ao Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza. Essa contribuição deixaria de ser provisória e voltaria ao seu caráter original de instrumento de fiscalização. A CPMF se tornou fonte importante de receita, com R\$ 35,5 bilhões previstos para 2007.

O ministro assegurou que não haverá compensação com outros tributos, fazendo parte de um ajuste fiscal de longo prazo, que combinaria redução da carga tributária com corte nos gastos do governo, inclusive nos que têm vinculação constitucional, como os da saúde. Bernardo defendeu também a prorrogação por mais dez anos do mecanismo que desvincula receitas da União (DRU), que expira ao final de 2007. Pelo que ele propôs, o percentual

de desvinculação subiria dos atuais 20% para algo entre 25% ou 30%, aumentando o volume de recursos sobre os quais o governo pode decidir o que fazer, inclusive não gastar. Em 2007, a DRU pode garantir margem de manobra de R\$ 79,25 bilhões.

O parecer preliminar ao Orçamento manteve o teto de R\$ 5 milhões para as emendas individuais de cada parlamentar. A novidade, segundo Raupp, foi estabelecer valor mínimo de R\$ 200 mil por projeto novo, evitando o fracionamento de verbas. O parlamentar só poderá destinar quantia inferior a esse montante para conclusão de obra.

O relator seguiu recomendação da CPI dos Sanguessugas e vedou repasses para entidades privadas que tenham entre seus dirigentes cônjuges ou parentes até terceiro grau de membros dos três Poderes. Exigiu ainda que a emenda identifique o beneficiário. Para contornar a falta de recursos, o relator fará apenas uma reestimativa da receita federal (em 2006 foram duas) e o aproveitamento de verba extra dependerá de decisão do Plenário da CMO.

Para resolver uma de suas principais preocupações, a Lei Kandir, o relator apontou R\$ 300 milhões para reforçar os R\$ 3,9 bilhões orçados para ressarcir os estados exportadores. Ele reconhece que é um avanço modesto. “Vai ser difícil convencer os governadores a aceitar algo abaixo dos R\$ 5,2 bilhões que receberam em 2005”, diz Raupp, com a experiência de um ex-governador.

Jucá propõe saída para driblar impasse com o clima eleitoral

Abandonada a tese de votar o Orçamento mesmo sem a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) passou a pregar alternativa para driblar a radicalização entre opositores e governistas. O relator da LDO propôs que os dois projetos – o que estabelece as diretrizes para o Orçamento e o próprio Orçamento – sejam votados juntos até o final deste ano.

Essa proposta, na avaliação do senador Valdir Raupp, traz riscos que podem ameaçar o Orçamento de 2007. Mesmo com um atraso inédito no processo orçamentário pós-Constituição de 1988, a LDO deve ser votada em novembro antes de se avançar na tramitação do Orçamento, defende Raupp.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, considerou uma “anomalia” o que está ocorrendo este ano e fez um apelo, durante a audiência na CMO, para que seja retomado o diálogo entre Congresso e governo com o objetivo de finalizar a LDO e a revisão do Plano Plurianual (PPA).

Na última terça-feira, fracassou a tentativa do presidente do Senado, Renan Calheiros, de costurar um acordo entre os líderes para realizar sessão do Congresso Nacional. O líder da Minoria na Câmara, José Carlos Aleluia (PFL-BA), deu o tom das

desavenças políticas. Para ele, a LDO tem de ficar para depois do segundo turno das eleições por se tratar de um projeto para 2007, que deve ser definido pelo presidente eleito.

Segundo o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), só havia entendimento para votar os dois projetos de lei que tratam da reestruturação de carreiras e do aumento de salário de servidores do Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União (TCU). Os acréscimos ao Orçamento custarão no ano que vem R\$ 1,77 bilhão e foram negociados com o presidente da República. Virgílio disse que o governo insistiu em colocar a LDO na pauta de votação.

No entanto, outro complicador entrou na mesa de negociação. O deputado Ricardo Barros (PP-PR) avisou que manterá a obstrução no Plenário do Congresso, onde só se vota por acordo (em função do quórum exigido), se não for examinado seu projeto de resolução que altera as regras de tramitação do Orçamento. O PMDB resiste ao projeto. Uma das mudanças exige rodízio nas relatorias setoriais, impedindo que um partido permaneça por mais de um ano com a mesma área, como é o caso do PMDB com a relatoria de Infra-Estrutura.

Obras em trecho de rodovia em SC serão retomadas

Depois de cinco anos embargadas, serão retomadas as obras da BR-282, entre São José do Cerrito e Campos Novos, em Santa Catarina. A Comissão Mista de Orçamento concordou com recomendação do Tribunal de Contas da União para liberar verbas para a rodovia, depois que o Departamento

que os catarinenses exportem pelo oceano Pacífico, passando por estradas da Argentina e do Chile. A obra poderá receber ainda do Orçamento deste ano R\$ 48 milhões.

Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) e a construtora chegaram a um acordo sobre as irregularidades.

O trecho, de 70 quilômetros, é um dos mais importantes de Santa Catarina, pois permitirá

Defenderam a votação a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Ideli Salvatti observou que a BR-282 faz parte do Corredor Mercosul, e que as obras foram embargadas por causa de superfaturamento. Pavan informou que o trecho, quando foi embargado, estava sob responsabilidade do governo estadual.

Déficit do Regime Geral de Previdência Social

Descrição	2006*		ORÇAMENTO 2007		Variação
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	
I. Receita previdenciária	123,7	5,93	131,9	5,87	11,2
Receita corrente	115,8	5,55	126,3	5,49	10,5
Recuperação de créditos	7,9	0,38	8,6	0,38	0,7
II. Despesa total	165,3	7,92	181,4	7,89	16,1
Sentenças judiciais	4,0	0,19	4,7	0,20	0,7
III. Déficit do RGPS (II - I)	41,6	1,99	46,4	2,02	4,8

*Estimado conforme Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do quarto bimestre de 2006. Fonte: Ministério do Planejamento

COMISSÕES Projeto de lei cria programa de incentivo a pequenos e médios produtores de cana-de-açúcar

A hora certa de impulsionar o álcool

A crise mundial do petróleo impulsiona o crescimento de alternativas energéticas, e, nesse cenário, o álcool vem obtendo uma visibilidade antes impensada. Exemplo disso, no Brasil, é a procura majoritária de consumidores por veículos bicombustíveis, o chamado *flex*, de flexível, por serem movidos tanto por álcool quanto por gasolina. No mundo, proliferam as pesquisas para que essa tecnologia seja implantada em outros países, que encaram a provável escassez dos produtos petrolíferos.

Com vistas no mercado interno e no promissor mercado externo, alguns produtores brasileiros já estão trocando o plantio de algumas culturas pelo de cana-de-açúcar. Para atender aos pequenos e médios fornecedores, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) apresentou o projeto de lei 392/03, que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fornecedores de Cana-de-Açúcar (Proaf). A proposta deverá ser votada nesta terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Entre uma série de objetivos, o projeto quer assegurar a inserção competitiva desses fornecedores no mercado, dominado em grande parte pela produção mecanizada e de alto custo.

Para isso, segundo o senador, é preciso ampliar o acesso aos mecanismos de crédito bancário, aumentar as alternativas de escoamento e armazenamento da produção, oferecer assistência técnica especializada, além de melhorar as condições educacionais e profissionalizantes desses fornecedores. Ainda para fortalecer os



Usina de álcool: busca mundial por alternativas energéticas estimula mercado nacional, que pode crescer com pequenos produtores

pequenos e médios, incentiva-se o associativismo.

– As políticas de crédito devem considerar prioritárias as ações de financiamento de suas lavouras. A prioridade não é voltada para um assistencialismo financeiro, mas para a busca de uma maior inserção do pequeno negócio da cana na lógica do mercado competitivo – aposta Renan.

Restrições a quem faz uso de trabalho escravo

Favorável ao projeto, o relator na CAE, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), destaca que a matéria tem ainda a preocupação

de “vedar o financiamento a projetos em que haja a utilização de mão-de-obra fora dos padrões mínimos exigidos pela lei e que tenham como resultado lesão ao meio ambiente”.

O projeto proíbe a liberação de financiamentos para quem já fez uso de trabalho escravo ou infantil. De acordo com o relatório *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*, divulgado este ano pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), as propriedades que trabalham com a cana-de-açúcar foram responsáveis por 3% da mão-de-obra escrava no período de 1995 a 2005.

– As questões trabalhistas e ambientais dificultam a sobrevivência dos pequenos produtores – diz a professora do Departamento de Economia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), Márcia Vânia.

Ela lembra que, no estado de São Paulo, a partir de 2030, não será mais permitida a queima dos canaviais, hoje usada nas pequenas propriedades e em áreas acidentadas.

– A grande escala de produção está ligada à mecanização, que é cara. Em geral, os pequenos só conseguem ter acesso quando

se organizam em cooperativas. Por isso, qualquer incentivo é sempre bem-vindo para o acesso ao crédito, para a compra de equipamentos – explica.

Para o vice-presidente da Organização de Plantadores de Cana-de-Açúcar da Região Centro-Sul do Brasil (Orplana), José Coral, o Ministério Público tem combatido a contratação de mão-de-obra terceirizada – uma vez que boa parte dos que trabalham na área permanece por seis meses, tempo da colheita –, tornando ainda mais difícil para os pequenos e médios, visto o peso dos contratos trabalhistas.

Área plantada deve mais que dobrar nos próximos seis anos

A projeção de que a área plantada de cana e a produção de álcool pode ser dobrada em seis anos motiva o setor, que investe em novas tecnologias e maquinários, mas sofre problemas de logística.

Conforme o vice-presidente da Orplana, José Coral, os atuais 4,5 milhões de hectares de área plantada deverão chegar a 10 milhões em 2012. Espera-se que a produção de 16 bilhões de litros de álcool chegue a 32 bilhões. Para o açúcar, com mercado mais definido, o crescimento será menor, devendo passar dos atuais 25,8 milhões de toneladas para 30 milhões.

Para a safra 2009/2010, deverão ser abertas 90 novas usinas no Brasil, segundo Coral. A aposta é no mercado externo. As altas no preço do petróleo dão espaço para o álcool.

– Há espaço para crescer e mercado para vender, mas a falta de logística melhor atrapalha o setor – reclama o vice-presidente da Orplana, para quem a construção de “alcoodutos” uma das saídas para o problema.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Co-

nab), a safra 2006/2007 chegará a 471 milhões de toneladas, 9,2% superior à anterior (*veja quadro ao lado*). O crescimento seria resultado do aumento da área plantada e da produtividade. Desse total, 39,3% são destinados à produção de álcool. Desse total, 50,6% seriam destinados à fabricação de açúcar, 39,3% à produção de álcool e 10,1% a fabricação de cachaça, rapadura, açúcar mascavo, alimentação animal, sementes, entre outros produtos.

A região Centro-Sul responde por 86,3% da produção, enquanto a Norte-Nordeste fica com 13,7%. O estado de São Paulo produz 282 milhões de toneladas (quase 60% do total).

– O setor tem sinalizado crescimento relevante, em especial pelas demandas internacionais e pelas vitórias na Organização Mundial do Comércio com a derrubada dos subsídios para produtores de açúcar bancados por países da Comunidade Europeia – declara Márcia Vânia, professora do Departamento de Economia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo.

Vendas de carros flex atrai atenção mundial

Somente de janeiro a agosto deste ano, a venda dos veículos bicombustíveis – que funcionam a gasolina, a álcool ou com a mistura dos dois – representou 78% do total comercializado pelo setor automobilístico no Brasil, conforme dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

No período, foram 886,1 mil unidades.

Com os motores *flex*, o motorista pode optar pelo combustível mais barato nas bombas, também considerando o gasto por quilômetro. O sucesso da iniciativa no país abriu os olhos

de todo o mundo, que busca se adaptar a essa nova tecnologia para fugir da dependência dos derivados do petróleo.

Os brasileiros já foram visitados por pesquisadores indianos e chineses. Estados Unidos, Canadá, Japão e alguns países da União Europeia também demonstram real interesse no aumento da produção ou da importação do álcool que, além de mais barato, é menos poluente que outros combustíveis, como a própria

gasolina.

Com o aumento da produção do combustível, segundo o vice-presidente da Organização de Plantadores de Cana-de-Açúcar da

EUA, Canadá, Japão, China e países europeus já se interessam pelo álcool

Região Centro-Sul do Brasil (Orplana), José Coral, os preços – que em geral se mantêm instáveis – devem atingir o equilíbrio.

– O ideal é que houvesse estoques estratégicos para que, nos períodos de entressafra, não existisse o encarecimento do produto – afirma.

PRODUÇÃO RETOMA CRESCIMENTO

Safr	Açúcar (em toneladas)			Álcool (em metros cúbicos)		
	Centro/Sul	Norte/Nordeste	Brasil	Centro/Sul	Norte/Nordeste	Brasil
98/99	15.180.000	2.780.000	17.960.000	12.281.000	1.631.000	13.912.000
99/00	16.900.000	2.100.000	19.000.000	11.634.000	1.146.000	12.780.000
00/01	12.642.008	3.543.209	16.185.217	9.076.019	1.496.050	10.572.069
01/02	15.949.950	3.140.794	19.090.744	10.156.994	1.335.585	11.492.579
02/03	18.601.368	3.832.917	22.434.285	11.154.068	1.440.729	12.594.797
03/04	20.439.702	4.505.316	24.945.018	13.024.018	1.740.068	14.764.086
04/05	22.062.744	4.546.413	26.609.157	13.613.029	1.825.711	15.438.740
05/06	22.013.573	3.820.913	25.834.486	14.341.430	1.594.452	15.935.882

Fontes: Única (Centro/Sul) e Datagro (Norte/Nordeste)

COMUNICAÇÃO

Rádio sofre com queda de publicidade e pirataria

Em debate no Conselho de Comunicação Social (CCS), o superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Edilson Ribeiro dos Santos, afirmou que o órgão lacrou os transmissores de 1.883 rádios ilegais este ano. O dirigente informou ainda que a Anatel recebeu 4.094 denúncias sobre radiodifusões ilegais e realizou fiscalização em 3.006 estações. Atualmente, 1.018 emissoras de rádio estão sob fiscalização.

Na reunião, o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Pimentel Slaviero, disse que existem cerca de 15 emissoras de rádio ilegais em operação. Muitas delas, “disfarçadas de rádios comunitárias ou comerciais, concorrem no mercado publicitário”, frisou. Apesar de 90% da população brasileira ouvir rádio, a participação do meio no mercado publicitário caiu de 20% para cerca de 4%, informou.

A metade do público das rádios está nas classes “C” (37%) e “D” (23%). Slaviero lembrou que o setor reivindica maior fiscalização da Anatel e do Ministério das Comunicações sobre a atividade ilegal, que prejudica as empresas legalmente estabelecidas.

A necessidade de um novo marco regulatório para o setor, distinguindo o serviço de radio-

difusão da atividade de telecomunicações, foi assinalada pelo presidente da Abert. Ele ressaltou ser uma exigência a urgente mudança da tecnologia analógica – ainda usada pelo rádio – para a digital.

Para realizar a transição para a tecnologia digital, avalia Slaviero, o investimento de uma emissora média ficará em US\$ 125 mil. O presidente da associação propôs a abertura de linhas de crédito a juros de mercado para financiar os novos equipamentos.

Além da alta qualidade do som, a nova tecnologia permitirá a transmissão de dados, nome da música, artista, jornalismo e utilidade pública como clima, trânsito e publicidade.

Lei dos Direitos Autorais volta a ser debatida

O CCS também voltou na semana passada a discutir uma possível revisão da Lei dos Direitos Autorais, defendida por alguns conselheiros.

Estiveram presentes João Carlos de Camargo Éboli, presidente da Comissão Permanente de Direito de Propriedade Intelectual do Instituto dos Advogados do Brasil, e Glória Cristina Rocha Braga, Superintendente Executiva do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

O tema será retomado na próxima reunião do conselho, prevista para 6 de novembro.



Gil, ao lado de Arnaldo Niskier, sugere debate ainda este ano com “os diversos atores do setor”

Gil anuncia 1º Fórum de TVs Públicas

Em audiência no CCS, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, tratou da importância da TV pública para a valorização da diversidade cultural e para a preservação da identidade nacional.

Nesse sentido, ele anunciou que o Ministério da Cultura pretende realizar, até o fim do ano, em parceria com a Casa Civil e o Gabinete da Presidência da República, o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, visando formular um plano de desenvolvimento para a TV pública brasileira.

– Queremos debater com os diversos atores do setor, reunindo representantes dos vários ministérios e de todas as televisões públicas e também o Parlamento. Poderemos tratar de uma política de fortalecimento para a televisão pública, aprofundando a capacidade de diálogo das televisões com produções independentes; discutir a infra-estrutura e a necessidade de atualização tecnológica das TVs públicas, entre outros temas – assinalou o ministro.

De acordo com Gil, deverão estar em pauta também o financiamento do conjunto da operação

das TVs, incluindo a capacidade de investimento para o desenvolvimento de programações; a revisão dos aspectos jurídicos de sua atuação; a estratégia de afirmação da TV pública diante da firme competição por audiência; as redes e as novas malhas de troca e conversão de programações; e racionalização da relação do governo com as TVs públicas.

– O governo considera urgente e estratégica essa reflexão, a partir de uma perspectiva cultural e de desenvolvimento. Queremos uma TV

pública cada vez mais próxima da escola, da universidade, dos centros culturais e comunitários, para o desenvolvimento de produtos e serviços. Se construirmos essa agenda, estaremos ampliando a oferta de emprego e renda – explicou Gil.

Para o ministro, a discussão sobre a comunicação e a cultura deve ocorrer dentro de um amplo marco que conecte cultura e estruturas de comunicação social. Ele ressaltou que o debate sobre a televisão

digital brasileira contribuiu para a discussão sobre projetos que envolvam democracia, comunicação e desenvolvimento, mas alertou que é preciso que o país se capacite para ser um produtor cultural à altura da diversidade cultural de seu território.

– A demanda por conteúdo só tende a crescer. Nesse sentido,

pergunto: com poucos pólos regionais de produção, teremos uma TV digital capaz de partir de baixo para cima, das raízes para as antenas? Sem um

orçamento ampliado para a produção cultural, teremos um conteúdo compatível com a sofisticação do meio? Sem um marco regulatório amplo sobre a comunicação social, que segurança terão os novos investidores para competir com regras claras? – questionou.

Gil acredita que conteúdos produzidos regionalmente devem ter finalidade pública, através da TV. Por isso, sugere que a televisão brasileira adote “novas maneiras de fazer e de ver televisão”.

Ministro vê TV pública com papel na valorização da diversidade

Voto de pesar pela morte de Gasparian

Roberto Saturnino (PT-RJ), Marco Maciel (PFL-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitaram voto de pesar pela morte do editor e ex-deputado constituinte Fernando Gasparian, em 7 de outubro passado. Dono da América Fabril, uma das maiores empresas têxteis do país no início dos anos 60, ele fundou, nos anos 70, o jornal *Opinião* e a revista *Argumento*, críticos ao regime militar.

– Ele foi um grande político e industrial. Nacionalista, lutou por limites na taxa de juros. Dono da editora Paz e Terra, publicava Celso Furtado na ditadura – comentou Saturnino. Suplicy citou a frase do editor que o levou à perseguição pela ditadura militar: “Para ser bom brasileiro, tem que gostar de democracia”.

TV digital deve iniciar suas transmissões já em 2007

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, assinou portaria que estabelece “critérios, procedimentos e prazos” para a consignação (autorização temporária) dos canais da TV digital.

De acordo com o cronograma apresentado, o início das transmissões está previsto para 31 de

dezembro de 2007, na região metropolitana de São Paulo. No fim de 2009, todas as capitais do país receberão o sinal, e no fim de 2013 todos os municípios serão abrangidos pela rede. Finalmente, em junho de 2016, o sistema analógico será desligado.

Hélio Costa, porém, disse acre-

ditar que a implantação será concluída antes, pois a partir de julho não haverá obstáculos para que outras cidades, à exceção de São Paulo, se antecipem.

– O que não podemos é permitir que alguma cidade fique para trás. Quem não respeitar os prazos pode perder até a concessão analógica – advertiu.

Segundo Hélio Costa, além da rede comercial, haverá cerca de dez canais reservados para a rede pública. O ministro explicou que esse espaço será ocupado pelos canais do Executivo, Legislativo e Judiciário, e que existirá ainda o Canal da Cidadania, com programação dos municípios, criados por portaria específica, em elaboração.

O ministro informou ainda que encaminhou requerimento ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) propondo a desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a importação de equipamentos sem similar nacional destinados à digitalização de emissoras de radiodifusão até 31 de dezembro de 2009.

– Neste momento, nós não temos vários dos equipamentos necessários, e se não fizermos um esforço inicial vai ser complicado implantar o sistema – justificou o ministro.

Hélio Costa esclareceu que o governo não quer que nenhuma região do país fique prejudicada na produção dos semicondutores fundamentais para o funcionamento do sistema digital. Ele citou que o Rio Grande do Sul e Minas Gerais já estão se preparando para montar fábricas.

Após o anúncio do ministro, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse estar convencido de que, vencendo as eleições, o presidente Lula vai retirar da Zona Franca de Manaus a exclusividade de incentivo para produzir a TV digital. A Lei de Informática garante ao pólo o monopólio na produção de “TVs e suas evoluções tecnológicas”.

– Meu estado ficará por fora da TV digital, condenado à TV analógica até o fim de seus dias. Aconteceu o mesmo com o *set top box* [caixinha conversora para o sinal digital] – prevê.



Hélio Costa apresenta cronograma de implantação da TV digital e comenta negociações para produção de semicondutores

COMISSÕES

Regras claras e seguras para comércio eletrônico

A Comissão de Educação (CE) aprovou, na semana passada, parecer favorável ao projeto que modifica o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) com o objetivo de disciplinar as relações de consumo realizadas por meio eletrônico, como a internet. Pela proposta (PLS 396/05), do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), tornam-se direitos básicos do consumidor a segurança nas transações e o sigilo de suas informações pessoais, que não poderão ser repassadas, doadas ou vendidas nem compartilhadas com outro fornecedor. A proposta receberá decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Fica assegurado também o fornecimento de documentos que comprovem ao consumidor cada etapa da operação comercial. O projeto prevê ainda que seja determinada a responsabilidade do

vendedor do produto ou serviço pelos meios adequados e seguros para a negociação. A proposta garante o direito de desistência do consumidor em um prazo de até sete dias a contar do ato do recebimento do produto ou serviço, sempre que for adquirido fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone, em domicílio, pela internet ou outro meio eletrônico.

– A venda por meios eletrônicos cresce a cada dia, mas o consumidor não percebe que não há segurança. Parabênzulo do senador Tourinho pela elaboração da proposta que protege e disciplina esse tipo de transação, que cresce no Brasil e no mundo inteiro – disse o relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Em 2005, o varejo *on-line* brasileiro cresceu 32% e o montante de transações comerciais realizadas pelo comércio eletrônico chegou a R\$ 7,5 bilhões.



César Borges (E), Tuma e Aelton estavam na reunião em que foi aprovado projeto que dá mais segurança às compras na internet

Novas datas comemorativas e homenagem a Santos Dumont

Na mesma reunião, foram aprovados pela Comissão de Educação dois projetos que estabelecem datas comemorativas: o primeiro (PLS 173/06) determina o dia 8 de julho – data de criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC) – como o Dia Nacional do Pesquisador; o segundo (PLC 73/06) institui 18 de novembro como o Dia Nacional do Notário e do Registrador.

Os parlamentares aprovaram também requerimento do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) para a realização de audiência pública pela Subcomissão Per-

manente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social em conjunto com a Comissão de Educação (CE).

Na reunião, que deve ocorrer na primeira quinzena de novembro, será discutida a inclusão da Música como disciplina obrigatória no currículo escolar.

Outra proposta aprovada (PLC 102/06) determina que trecho da BR-116, que vai de Fortaleza ao Rio de Janeiro, seja denominado Alberto Santos Dumont, em homenagem ao centenário do vôo do *14 Bis*, comemorado no dia 23 de outubro.

Caixas eletrônicas poderão ter segurança reforçada

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou parecer favorável a projeto de lei (PLS 265/04), do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que estende o sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros aos caixas eletrônicos, para oferecer maior segurança aos usuários dessas máquinas.

Em seu voto favorável à aprovação do projeto, o relator, senador César Borges (PFL-BA), argumenta que a medida é necessária e bem-

vinda, diante do aumento da violência urbana que vitima as cidades brasileiras. O projeto será analisado agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CMA aprovou, ainda, projeto de lei (PLS 398/05) que obriga os serviços de alimentação a manter, em local visível e de fácil acesso ao consumidor, as informações nutricionais básicas dos alimentos e bebidas preparados para consumo imediato. Também o valor calórico das porções deverá constar das informações.



Para Flávio Arns (D, ao lado de Leonel Pavan), “é preciso apurar com isenção causas do acidente”

Senado acompanhará o caso do vôo 1907

Com a finalidade de acompanhar as investigações do acidente que vitimou 154 passageiros do avião da Gol que caiu na Amazônia, a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou, na semana passada, um procedimento de fiscalização destinado a apurar as causas e a responsabilidade pelo acidente.

O autor da proposta, senador Aelton Freitas (PL-MG), solicita que a comissão promova uma consolidação de todas as apurações, uma vez que as investigações estão sendo conduzidas cumulativamente por diversos órgãos, entre eles a Polícia Federal, a polícia de Mato Grosso, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o Comando da

Aeronáutica.

Em sua justificativa, Aelton alega que o Senado não pode ficar alheio a um acidente dessa magnitude e propõe que a comissão contribua com medidas para garantir que acidentes como esse sejam, a cada dia, mais difíceis de acontecer. O relator da proposta será o próprio presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PCdoB-TO).

Segundo o senador Augusto Botelho (PDT-RR), que sobrevoa a Amazônia com frequência por ser do estado de Roraima, os sistemas de segurança de vôo do Brasil – Cindacta e Sivam – são muito eficientes e seguros.

– Fui visitar as instalações do sistema e fiquei muito satisfeito com o que vi e ouvi. Posso garantir que o país inteiro está

bem atendido pelos sistemas de segurança de vôo. Até mesmo Roraima, que, pela distância, poderia ficar de fora, está coberto a contento – garantiu.

Para o senador Flávio Arns (PT-PR), é preciso investigar se os procedimentos errados do jato Legacy, denunciados pela imprensa, realmente aconteceram ou se as causas do acidente foram outras.

– É preciso apurar com isenção – enfatizou.

Segundo o senador César Borges (PFL-BA), é preciso investigar, também, se a Anac está funcionando bem, mesmo com os poucos recursos que, de acordo com ele, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem destinado às agências reguladoras.

Tuma condena artigo de jornalista americano

Ao discursar em Plenário, o senador Romeu Tuma acusou o jornalista do diário *New York Times*, o americano Joe Sharkey – passageiro do avião Legacy 600 que colidiu com o Boeing 737-800 da Gol –, de “falta de honestidade intelectual” ao publicar reportagem em seu país tachando de ineficiente o sistema de controle e proteção ao vôo no Brasil.

Para tratar do assunto com honestidade, observou Tuma, o jornalista deveria primeiro ter pesquisado dados estatísticos sobre a segurança do transporte aéreo regular brasileiro, para constatar que os níveis de segurança do país no setor são equivalentes aos dos Estados Unidos. – Enquanto o índice de acidentes do transporte aéreo regular dos Estados Unidos é de 0,5 por milhão de decolagem, o índice do Brasil é de 0,6. Na América do Sul e Caribe, este número alcança a cifra de 1,7 acidentes por milhão de decolagens – disse.

Tuma questionou ainda a correção dos procedimentos adotados pelos pilotos do Legacy durante o vôo, devido ao fato de não terem atendido chamadas feitas pelos controladores de vôo brasileiros. O não recebimento pelos radares brasileiros de informações do equipamento *transponder* do Legacy seria outro fato que apontaria para a possibilidade de falha humana atribuível aos pilotos americanos, lembrou Tuma, que elogiou o profissionalismo dos militares da Força Aérea Brasileira (FAB) durante as operações de resgate na floresta amazônica.

Malta solidariza-se com familiares das vítimas

O senador Magno Malta (PL-ES) solidarizou-se com os familiares das vítimas do vôo 1907 da Gol. Ele assinalou que, dos 154 mortos no acidente, 14 eram capixabas e, desses, dez eram moradores do município de Cachoeiro do Itapemirim, onde Malta começou a vida pública como vereador. O senador deu informações biográficas sobre cada uma dessas dez vítimas e disse que algumas delas integravam um grupo de excursão organizada por uma agência de turismo da cidade.

– A coisa mais difícil da vida é perder sangue do próprio sangue, carne da própria carne. A vida é fugaz, é ligeira, passa muito depressa, e devemos vivê-la sem ódio no coração. A hora da morte chega para todos, e temos que estar preparados para nos encontrar com Deus – afirmou.

Malta também agradeceu a solidariedade que tem recebido num momento em que é “vítima de uma ilação mentirosa”, referindo-se ao processo que corre contra ele no Conselho de Ética do Senado. O parlamentar teve o nome citado no relatório parcial da CPI Mista dos Sanguessugas.

João Batista Motta (PSDB-ES), em aparte, cobrou explicações do ministro da Defesa, Waldir Pires, sobre as causas do acidente com o avião da Gol e mostrou-se solidário a Malta, que para Motta se verá livre das “difamações”. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também solidarizou-se com as famílias das vítimas e lamentou a tragédia.

ENTREVISTA Antropólogo analisa, em livro, o papel dos parlamentares na construção das teias políticas e sociais

“Combate à corrupção é demorado”

O doutor em Antropologia Social Marcos Otávio Bezerra, em seu livro *Em nome das “bases”* – Política, favor e dependência pessoal (Relume-Dumará, 1999) aponta que parlamentares estão convictos de que uma

de suas funções é lutar por verbas para atender a suas bases, mesmo que isso não esteja expresso na Constituição. O professor da Universidade Federal Fluminense entende que, além do acesso a recursos federais, estão em jogo

benefícios pessoais, que podem vir em forma de financiamento para campanhas. Em entrevista ao *Jornal do Senado*, Bezerra anuncia sua atual linha de pesquisa: iniciativas de assistência do Estado, como o Bolsa Família.

Jornal do Senado – Em seu livro, o senhor afirma que um dos papéis desempenhados pelos parlamentares não está escrito na Constituição ou nos regimentos, qual seja, a obtenção de recursos orçamentários para investimento nas suas bases eleitorais. O senhor também observa que o governo faz a liberação de verbas em troca de “governismo”, ou seja, apoio às propostas do Executivo no Congresso. Pode-se afirmar então que parlamentares que dão prioridade a essa prática seriam aqueles do chamado baixo clero?

Marcos Otávio Bezerra – Essas práticas de destinação de verbas para municípios têm sido descritas pela literatura em termos de “clientelismo político”. Essa concepção, no meu ponto de vista, acentua muito a troca imediata entre a verba que o parlamentar destina aos municípios e o apoio que ele recebe dos eleitores no momento da disputa eleitoral. Descreve uma relação muito mecânica, parte de uma visão muito reducionista.

A atuação dos parlamentares está colada a uma concepção sobre representação política que não é apenas do parlamentar, mas também do prefeito, do vereador, do lobista, do próprio presidente. O fundamental é que existe, tanto da parte dos políticos quanto da população, uma visão de que cabe ao parlamentar destinar serviços, favores, assistência e sobretudo recursos para uma rede política e para os eleitores que votam nele. Isso conforma uma concepção de representação política que não tem nada a ver com as elaboradas pelos ideólogos liberais como Hobbes, Locke ou Rousseau. A representação política foi trazida para o Brasil e redefinida de acordo com as especificidades da sociedade brasileira. Em *Coronelismo, enxada e voto*, Victor Nunes Leal diz que a dificuldade é pensar um sistema representativo em um país profundamente desigual. Isso distorce a concessão do voto e a representação clássica de política.

Isso não se aplica necessariamente ao baixo clero e nem quer dizer que todos os parlamentares façam isso. O que existe são pressões no sentido de que os parlamentares atuem dessa forma. E, se não o fizerem, há implicações.

JS – Desde a redemocratização houve a CPI do Orçamento e, agora, temos a CPI dos Sangue-sugas. Uma falta de arranjo institucional permite que essas irregularidades continuem acontecendo?

Bezerra – Acho que a gente



Bezerra, ao lançar em 1995 *Corrupção – Um estudo sobre relações pessoais e poder público no Brasil: “É preciso coibir corruptores”*

precisa perder algumas ilusões. Qualquer mudança que parta de reformas, sejam legais ou institucionais, não vai, de imediato, mudar, de um dia para outro, essas práticas políticas. Por exemplo, a reforma política que está sendo colocada em pauta não vai assegurar nenhuma grande transformação. Ela vai dar, talvez, as condições para pequenas mudanças que serão, de fato, efetivadas ao longo do tempo.

Outra ilusão, que não é menor, é achar que tudo continua idêntico. É verdade que houve a CPI do Orçamento e agora o caso dos sanguesugas, que estão, em particular, associados ao modo de funcionamento do Orçamento, em que há uma brecha que é utilizada pelas pessoas de má-fé para apropriação dos recursos públicos. Nesse caso da Planam, a apropriação ocorreu no momento da licitação, onde começa grande parte das irregularidades. Apesar da existência da Lei 8.666, ela abre exceções que são usadas para favorecimentos. Nenhuma lei, por melhor que ela seja, vai assegurar de uma vez por todas que as coisas funcionem de modo adequado.

JS – Não há, então, como impedir essa criatividade para burlar o uso regular do dinheiro público?

Bezerra – A questão do bom uso dos recursos públicos deve ser uma preocupação contínua. Não existe país no mundo onde a corrupção não exista; ela é minimizada. Isso tem que ser feito em longo prazo. Precisamos ter isso em mente: é preciso tentar minimizar as possibilidades para que as irregularidades existam no poder público. Mas acabar de vez não vai acontecer. Se a gente olha, a longo prazo, há continuidade, mas há também rupturas. Elas são simultâneas. O bom funcionamento das instituições públicas sai do embate cotidiano, entre as forças que apóiam essas práticas e as que apostam em mudanças. Existem,

no Congresso, no Executivo, no universo político em geral, aqueles que apostam em um exercício da política diferente daqueles que se apropriam de recursos orçamentários, por exemplo.

Acho que o resultado das eleições é um indicador de pequenas mudanças. Boa parte dos parlamentares associados à máfia dos sanguesugas não foi reeleita. Mas, ao mesmo tempo, você tem a eleição do Paulo Maluf, do Fernando Collor de Mello, que foram historicamente associados a uma visão que se pretende mudar. Então, as coisas acontecem simultaneamente. Temos que ficar atentos para isso, para não falarmos que tudo continua a mesma coisa ou para não ter a expectativa de que qualquer lei ou qualquer político que chegue ao poder vá provocar uma transformação definitiva nesse processo todo.

JS – No Parlamento, busca-se trazer à tona, no imediato, algo que possa levar a esse tipo de transformação. Nesse sentido, os últimos governos teriam trabalhado com um modelo de conservação da prática política, especialmente na relação com o Congresso?

Bezerra – Se a gente levar em consideração o fato de que o Executivo e o Parlamento não investiram em uma reforma política, você pode acreditar que foi difícil mexer nessas condições institucionais sobre as quais se exerce a política atualmente. Então, não houve nos últimos governos, nem no liderado pelo PSDB, nem no liderado pelo PT, uma iniciativa mais forte de repensar o funcionamento do sistema político.

As razões para isso provavelmente estão nas alianças, ou na crença de que, chegando lá, eles podem fazer uso das regras em seu favor. Ou seja: “Sempre fomos contra, mas agora vamos jogar

com as regras em nosso favor”. Isso cria esse tipo de situação em que os últimos governos estão sempre envolvidos em denúncias de compras de parlamentares, por dificuldades de formação de maioria dentro do Parlamento.

JS – Essa estratégia de conservar o sistema político seria, então, uma estratégia para se conservar no poder?

Bezerra – Qualquer partido político quer a conquista do poder e sua manutenção. Isso não quer dizer que eles não estão dispostos a produzir mudanças dentro da sociedade, levando em consideração também a possibilidade de se reproduzirem dentro do próprio poder. Quer dizer: como mudar a sociedade e, ao mesmo tempo, assegurar que os grupos políticos implementem seus programas e sua concepção sobre a sociedade? Agora, esses projetos não se implementam em quatro anos, mas no longo prazo. Nos primeiros anos do governo anterior, por exemplo, o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, dizia que o PSDB iria ficar 12 anos no poder.

JS – Uma coisa não acaba sacrificando a outra? O objetivo primordial de se conservar no poder pode levar também à conservação do sistema de representação política e do diálogo

com o Congresso Nacional?

“A corrupção nunca vai acabar. O que precisamos é minimizá-la”

Bezerra – Essa é uma tensão que existe. Essas forças podem se articular ou podem se contrapor. Isso vai passar

pelo processo eleitoral, pela consulta à sociedade. E, claro, esses partidos investem nos meios para poder se perpetuar. Uns podem fazer isso a partir, simplesmente, da produção de benefícios sociais para o conjunto da população. Outros podem fazer de forma totalmente contrária.

JS – Segundo sua análise, a ênfase à liberação de recursos para bases eleitorais dá à idéia de nação um peso menor que os vínculos locais para uma série de políticos, inclusive parlamentares. Como fazer, então, que haja uma conciliação entre esse fato e a aprovação de leis e reformas, como a política, tendo em vista que, de acordo com seu estudo, existe uma concorrência entre parlamentares pela liberação de recursos e por uma situação de protagonismo no sistema de representação política?

Bezerra – O importante nessa pergunta é lembrar que há uma

visão que separa o que é política nacional e o que é política local. É como se fossem planos autônomos da atividade política, sem articulação. E o que eu demonstrei é que o que se discute no plano federal não está descolado de políticas que têm efeito sobre os planos municipais ou estaduais. Quando o político fala “a minha base”, a base não é necessariamente uma localidade. O que, de fato, existe é a articulação desse parlamentar com um conjunto de lideranças políticas seja no âmbito estadual ou no municipal. É essa rede, que vai do município ao Congresso, que serve de referência para o parlamentar. Não há uma separação porque, por exemplo, em uma votação sobre reforma previdenciária, que é fundamental para o Executivo federal, o parlamentar, apoiado ou não no seu partido, vai votar em função, por exemplo, da distribuição de cargos no governo, da liberação de recursos para investimento em estados e municípios... Então, se o governo consegue convencer através da distribuição de cargos e da liberação de verbas que aquela é uma boa proposta, provavelmente os partidos interessados em obter esses benefícios vão votar com o governo. Muitas vezes a discussão não passa pela substância da proposta, mas por outro tipo de interesse.

JS – A elaboração do Orçamento não fica muito vulnerável nesse contexto?

Bezerra – Eu acho que não. O Parlamento tem mexido na parcela destinada a investimentos, que é muito pequena, cerca de 1% a 2% dos recursos federais. O restante vai para outras rubricas, como o pagamento de juros, coisas em que o Congresso não pode mexer. Pequena do ponto de vista financeiro do Estado, essa parcela é central do ponto de vista do funcionamento do sistema político. Cada parlamentar recebe uma parcela fixa que pode destinar como quiser para suas regiões. Isso tem muito mais efeito na constituição das relações de poder na sociedade que no ponto de vista financeiro.

É em torno dessa pequena parcela que certos parlamentares conseguem se reproduzir no poder e que prefeitos conseguem fazer investimentos em seus municípios. Às vezes são esses R\$ 300 mil, R\$ 500 mil que viabilizam que seja feita uma escola, que seja comprada uma ambulância em um município. Se contrapusermos isso ao pagamento de juros, é um valor bem pequeno. Mas tem um efeito em termos de funcionamento da política e ainda é um meio pelo qual recursos do poder central se

ENTREVISTA “Pelo uso político que é feito, um governo pode parecer muito mais corrupto do que efetivamente é”

convertem em benefícios para a população. Existem os dois lados. Se o dinheiro é bem aplicado, é uma escola ou um hospital que beneficia o município. Agora, é preciso que os recursos sejam efetivamente aplicados.

Uma alternativa apontada é tornar as emendas dos parlamentares de execução obrigatória. Os ministérios da Fazenda ou do Planejamento não gostam dessa idéia. Agora, como os recursos dos parlamentares não são tão grandes assim, poderia se restringir a obrigatoriedade a uma parcela. Enfim, isso mexeria com o poder que o Executivo tem sobre o Congresso. Resta saber se está disposto a isso.

JS – O que o senhor acha da proposta de acabar com as emendas parlamentares?

Bezerra – Eu teria dificuldades de prever o que poderia acontecer. Se as verbas de bancada estadual ou partidária forem reforçadas, eu conheço alguns casos em que essas emendas são previamente negociadas pelos deputados. Então o processo pode acabar ganhando espaço nas emendas coletivas.

JS – A sua análise aponta que a fraqueza das instituições leva à insegurança dos políticos e, então, à individualização da relação com as bases. Os partidos políticos são uma das instituições cuja necessidade de reforma salta aos olhos?

Bezerra – O fortalecimento dos partidos está acontecendo, ainda que aos poucos. Vimos agora que poucos partidos conseguiram atingir a cláusula de barreira, o que vai levar a uma necessidade de redefinição das agremiações. Acho que uma vinculação maior entre o exercício da representação pelos parlamentares e o partido se faz necessária. É preciso assegurar que o mandato tenha algum controle por parte do partido. Porque o que prevalece hoje é a individualização do mandato. O político sente que tem o mandato, até porque, em muitos casos, trabalhou sozinho, sem muita ajuda do partido, que atua de modo fragilizado. Que tipo de relação essa pessoa tem com o partido?

JS – Existem exemplos de países que tenham conseguido diminuir a corrupção a níveis bons ou aceitáveis em pouco tempo?

Bezerra – Existem os casos de Chicago (EUA) e Hong Kong (China), cidades que conseguiram minimizar a difusão de práticas corruptas e corruptoras. A corrupção é um fenômeno invisível e, para se perpetuar, ele deve permanecer invisível. Então, a gente só vem a conhecer casos que deram errado, porque, enquanto estiver dando certo, a gente não fica sabendo de nada.

JS – Então, para ficar sabendo de casos de corrupção, a gente precisa de um José Carlos Alves dos Santos [que denunciou irregularidades no Orçamento em 1993] ou de um Luiz Antônio

Vedoin [empresário chefe do esquema dos sanguessugas]?

Bezerra – Há iniciativas como a Controladoria Geral da República, que tem feito investigações, bem como o Tribunal de Contas da União, que identifica, a cada ano, a lista de obras irregulares. Nos últimos quatro anos, houve uma série de iniciativas do governo federal no sentido de desmontar esquemas de corrupção e identificar irregularidades na aplicação de recursos públicos, sobretudo no âmbito municipal.

Mas aí há o problema da percepção da corrupção. Quando esses problemas são trazidos à tona, pelo uso político que é feito, não aparecem como produto da intervenção do Estado, mas como se fossem associados ao Estado. Aí, tal governo pode parecer muito mais corrupto do que efetivamente é.

Desde a eleição do Collor, há uma politização crescente da questão da corrupção para qualificar ou desqualificar os adversários. O PT fez isso durante muito tempo e o PSDB não está fazendo diferente agora. Então, a corrupção vira muito mais um objeto de denúncia que uma questão de Estado. Acho que, depois de tantos casos dramáticos, já estamos em um momento de pensar em transformar a corrupção em uma questão de Estado e não em uma questão eleitoral ou partidária. Isso significa implementar medidas institucionais que possam, independentemente do governo, minimizar as chances de práticas corruptas e corruptoras.

JS – Os dois candidatos estão falando em reforma política já no primeiro ano de governo.

Bezerra – Esse é um item. Acho que é importante envolver o Judiciário, o Executivo, como no caso da Controladoria, e o próprio Congresso para que coloquem como prioridade a introdução de mecanismos que assegurem um melhor uso dos recursos públicos.

Recentemente, vimos o caso de um estelionatário que ligava para empresários que tinham negócios com a prefeitura, se dizia prefeito, e pedia dinheiro para uma creche. Dizia que a esposa estava envolvida na construção. Essas conversas foram gravadas e várias pessoas, quando abordadas pelo suposto prefeito, se dispunham a dar dinheiro.

A gente olha muito mais para o setor público. Mas por que essas pessoas se dispuseram a dar dinheiro? Porque elas têm, também, interesse. O estelionatário, muito esperto, jogava em cima do sistema, porque sabe como ele funciona. Os empresários, temerosos de terem seus negócios com o poder público diminuídos, se dispunham a pagar; pelo menos aparentemente. É a criatividade de quem conhece o sistema. O interessante é que os nomes dos empresários não foram divulgados. E, geralmente, não há a responsabilização dos corruptores.



Darci Vedoin é preso na Operação Sanguessuga: combate à corrupção no país tem melhorado

JS – Qual a resistência para isso?

Bezerra – O senador Pedro Simon [PMDB-RS] sempre tentou implementar a CPI dos Corruptores e nunca conseguiu. Seria interessante que a sociedade tivesse conhecimento não apenas do político A, B ou C, mas por que não ter conhecimento da empresa, das empresas como a Planam, que vivem em torno dos negócios públicos, que estão envolvidas em irregularidades? As empresas também têm sua responsabilidade, têm papel ativo em práticas corruptoras. Brasília está cheia de empresas e escritórios, que atuam para viabilizar negócios junto ao Estado. É fundamental exercer maior controle sobre esses atores que atuam junto ao Estado.

JS – O Jornal do Senado entrevistou a professora da Universidade de Yale Susan Rose-Ackerman, que estuda a corrupção. Ela expõe que, nas sociedades latino-americanas, assim como na Itália, os laços familiares e de amizade se estendem do setor produtivo ao Executivo, Legislativo e Judiciário. O senhor acredita que essas raízes são profundas e que as próprias empresas nascem do esquema de representação política?

Bezerra – Há que se prestar atenção ao financiamento das campanhas eleitorais e aos recursos que os agentes administrativos acham que podem retirar das empresas que fazem negócios com o Estado. O financiamento de campanhas é um ponto central da história. E não só aqui, mas na Itália, na França, nos Estados Unidos, na Alemanha. Essa relação entre os custos eleitorais de uma campanha e aqueles que podem financiá-los gera uma distorção nas chances de eleição de cada vez mais caras, estimadas em R\$ 1 milhão para uma cadeira no Congresso. O dinheiro vem de

algum lugar. Pode ser dos virtuais eleitores, mas vem sobretudo dos grandes interesses que se articulam. Isso compromete o mandato, no meu modo de ver. Então, é preciso repensar as campanhas políticas e o financiamento das campanhas. Esse é um passo importante para assegurar o exercício da representação política em termos menos dependentes de interesses econômicos.

JS – O tipo de análise que o senhor faz não levaria à idéia de que não há muito o que fazer, a uma situação de passividade? Tomo como exemplo a Teoria das Elites, pela qual as pessoas, quando chegam aos salões do poder, acabam reproduzindo o jogo, se esquecendo da representação que elas exercem. Não é uma sensação que emana de uma análise como essa?

Bezerra – Bem, eu tenho uma visão na direção contrária. Há um discurso difundido na sociedade brasileira que é o de acreditar que nós carregamos, quase de modo inerente, tendências para a corrupção ou para uso irregular dos recursos públicos. Quando analiso práticas ou concepções da representação política, estou preocupado em estabelecer uma ruptura com essa visão determinista, quase fatalista da sociedade brasileira. Temos um conjunto de instituições e relações historicamente constituídas que favorecem a reprodução de formas de fazer política. Agora, o fazer político muda, se transforma. E acho que há coisas que estão transformando a sociedade brasileira. Eu sou, de certo modo, um otimista. Acho que, aos poucos, há instituições como a Transparência Brasil, a Controladoria Geral da União, a Justiça Eleitoral, que contribuem.

JS – Pela baixa abstenção e quantidade de votos nulos nestas eleições, o povo está passando a mensagem de que está disposto a participar?

Bezerra – É uma forma de dizer que não está satisfeito. Quando se imaginava o contrário, ou seja,

Relação vai além do clientelismo

O fenômeno é geralmente classificado como clientelismo ou fisiologismo. Porém, para o pesquisador Marcos Otávio Bezerra, os termos são insuficientes diante da complexidade da relação assimétrica que envolve trocas marcadas por afetividade e gentileza, com conteúdo moral de honra e lealdade, e com grande interdependência entre os atores. Para cobrir lacunas no mau funcionamento de instituições como o mercado e a burocracia, aparece a individualização da política brasileira. A fragilidade de partidos e do Judiciário traria incerteza na competição política, dificultando ações de longo prazo. E mais: segundo ele, a corrupção não pode existir sem uma justificativa mais nobre que o enriquecimento pessoal.

uma tendência para mais votos nulos. Acho que isso é um resultado da própria intervenção da Justiça Eleitoral, que, talvez, tenha revertido essa expectativa.

JS – É uma mostra de que as pessoas acreditam que as eleições funcionam bem?

Bezerra – Sim. É uma possibilidade. Então, é isso: em primeiro lugar, temos que afastar uma série de ilusões de que são possíveis grandes rupturas imediatas, graças a determinados personagens ou leis em particular. Também precisamos estar atentos a um conjunto de processos e medidas que podem ser implementados no sentido de aperfeiçoar cada vez mais a democracia, o funcionamento do Estado. E isso demanda tempo. Nenhum país moderno chegou a essa situação de uma hora por outra.

ELEIÇÕES Argumento para mudar sistema é que eleitor não conhece os substitutos eleitos junto com os titulares

Voto direto para suplente de senador

Polêmico, o sistema de escolha dos suplentes de senador é alvo constante de propostas de emenda à Constituição (PECs) e projetos de lei para alterá-lo. Isso porque se argumenta que a maioria dos eleitores não se informa sobre os suplentes, eleitos na chapa do candidato titular ao Senado, aquele que aparece no horário eleitoral gratuito e na urna eletrônica. O assunto pode até fazer parte das medidas discutidas como parte da reforma política.

Atualmente, tramitam no Senado cinco PECs – assinadas inclusive por suplentes – para modificar o artigo 46 da Constituição, em que está escrito que

“cada senador será eleito com dois suplentes”. A maioria das propostas (PECs 8/04, 11/03, 24/01, 5/01 e 41/99) sugere que a eleição dos suplentes seja direta

(como ocorre com a suplência dos deputados, por exemplo) ou que, em caso de o cargo ficar vago nos primeiros quatro anos do mandato do senador, seja feita nova eleição para a vaga nas eleições gerais subseqüentes. As PECs estão paradas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desde setembro de 2004, onde aguardam a votação do relatório do senador licenciado José Maranhão (PMDB-PB).

Autor de um projeto de lei (PLS 29/95) para mudar a situação, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) queria que os suplentes também fossem submetidos às eleições.

– A suplência partidária, eleita de forma indireta, confere ao suplente poderes que excedem a soberania popular que rege o processo eleitoral brasileiro – justifica Suplicy em seu projeto.

Porém, na época, a CCJ entendeu que o sistema só poderia ser mudado por emenda constitucional. Contrário à decisão, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) discutiu o mérito da questão.

– Temos exemplos recentes de falta de representatividade, com suplentes que exerceram, ou vão exercer, mais de sete anos de mandato, por força de morte ou renúncia do titular. Uma verdadeira usurpação de

mandato, aberrante na democracia, regime no qual não se pode admitir representação política sem voto – avalia Jefferson Péres.

A comissão que

estudou a reforma político-partidária encerrou seus trabalhos no Senado em 1998 com uma proposta para mudar a escolha de suplentes e também sugeriu que uma cadeira na Casa seja preenchida por eleições diretas (PEC 41/99).

Deputados têm a mesma preocupação. Pelo projeto de lei do deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE), os suplentes passariam a ser “os candidatos não eleitos para o cargo, em número de dois para cada titular, segundo a ordem da votação recebida” (PL 7.285/06). Esse também era o teor de PEC (32/97) do então senador Lauro Campos.

PECs sugerem que eleição dos substitutos seja direta, como na Câmara



Ao lado de Ulysses, Fragelli (C), presidente do Senado em 1985, dá posse a Sarney na Presidência da República

Suplente já comandou até o Palácio do Planalto

Apesar de não receberem o voto popular, os suplentes podem enfrentar outro tipo de eleição para assumir cargos de relevância no Senado. Esse é o caso do senador Wellington Salgado (PMDB-MG), recentemente eleito, por unanimidade, presidente da Comissão de Educação (CE). Salgado é suplente do senador Hélio Costa (PMDB), que assumiu o Ministério das Comunicações há pouco mais de um ano.

Em eleições dentro do Senado, os suplentes podem ganhar a legitimidade necessária inclusive para liderar os demais senadores. Esse foi o caso do senador

José Fragelli (PMDB-MS), eleito presidente do Senado em 27 de fevereiro de 1985, momento crucial da política brasileira.

Naquele ano, o país se preparava para a transição democrática da Nova República com a eleição, no Colégio Eleitoral, de Tancredo Neves para a Presidência da República. O presidente do Senado eleito para o biênio 1985/1987 seria, como presidente do Congresso, o responsável por dar posse ao novo presidente.

Diante da polarização daquele momento, Fragelli se candidatou à Presidência do Senado, dividido entre peemedebistas e pedessistas. Na eleição, Fragelli

derrotou o senador Luiz Viana (PDS-BA) por 38 votos a 29. Porém, em vez de Tancredo, o presidente do Senado deu posse ao vice, José Sarney.

Aqueles anos antecederam a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e os debates sobre a nova ordem jurídica do país davam a tônica dos trabalhos do Congresso, que tinha como presidente da Câmara o deputado Ulysses Guimarães. Sem vice, em caso de viagem de Sarney, Ulysses assumia a Presidência. Mas, em setembro de 1986, ausente o presidente da Câmara, Fragelli chegou a ocupar o Palácio do Planalto por nove dias.

Até 1946, abertura de vagas provocava novas eleições

Nem sempre os suplentes foram eleitos da forma atual, em chapas escolhidas pelos partidos. No Império, não havia suplente de senador. Quando havia vaga, eram convocadas novas eleições naquela província. Esse sistema foi repetido na primeira Constituição da República, em 1891.

Esse sistema durou até 1946: com a morte, cassação ou renúncia do senador, nova eleição era convocada. Somente a partir daquele ano, as constituições estabeleceram que o senador deve ser eleito junto com os suplentes.

Desde então, o modelo foi alvo de propostas, sob o argumento

principal de falta de legitimidade do suplente, como afirmam o senador Tião Viana (PT-AC) e o ex-senador Paulo Hartung nas justificações das PECs 5/01 e 24/01, respectivamente. Para Viana, o voto eletrônico torna mais fácil e célere a eleição de um novo senador.

Em sua proposta, Sibá Machado (PT-AC), que é suplente, veda a possibilidade de parente do titular ser eleito suplente na mesma vaga. Segundo Sibá, o suplente só deve ocupar a vaga temporariamente, até a realização das próximas eleições, municipais ou gerais, mesma regra sugerida pela PEC 8/04, de Jefferson Péres.

Casos em que há a substituição do titular do mandato

Renúncia, perda do mandato ou falecimento do titular

Em 28 de junho de 2000, o senador Luiz Estêvão (DF) foi cassado, abrindo espaço para seu suplente, Valmir Amaral (PTB-DF), que assumiu um mês mais tarde.

Licença para assumir cargo no primeiro escalão do governo federal, estadual ou municipal ou para chefiar missão diplomática temporária

É o caso da senadora Marina Silva (PT-AC), ministra do Meio Ambiente desde o primeiro dia do governo do Lula. Desde então, o cargo é ocupado por Sibá Machado (PT-AC). Da mesma forma, quando o senador Hélio Costa (PMDB-MG) foi chamado para o Ministério das Comunicações, em julho do ano passado, a vaga ficou para o primeiro suplente, Wellington Salgado (PMDB-MG). Nessa categoria, mas como secretário estadual (de Desenvolvimento, Infra-Estrutura e Transportes do Espírito Santo), está o senador Gerson Camata (PMDB-ES), cuja vaga é ocupada pelo suplente Marcos Guerra (PSDB-ES).

Renúncia para assumir outros cargos (presidente ou vice da República, governador, prefeito, ministro de tribunais de contas, diretor de estatal, entre

outros)

São muitos os suplentes que assumiram definitivamente mandatos por esse motivo. O senador Aelton Freitas (PL-MG) herdou o restante do mandato do senador José Alencar, eleito em 2002 para a Vice-Presidência da República. Também no primeiro dia de 2003, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) chegou ao Senado, quando o titular da vaga, Paulo Souto, assumiu o governo da Bahia. Já o senador João Batista Motta (PSDB-ES) ocupou a cadeira deixada por Paulo Hartung, eleito para governar o Espírito Santo pela primeira vez em 2002. Também foi dessa forma que o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) assumiu a vaga do senador Duciomar Costa, eleito prefeito de Belém em 2004.

Licenças superiores a 120 dias para tratamento de assunto particular ou para tratamento de saúde (renováveis)

Atualmente, os senadores José Maranhão (PMDB-PB) e Gilvan Borges (PMDB-AP) se encontram nessa situação. Os suplentes, respectivamente, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Geovani Borges (PMDB-AP) deixam o mandato quando a licença dos titulares expira.

Suplentes em exercício

Senador	Mandato	Posse	Titular	Motivo
Valmir Amaral (PTB-DF)	1999/2007	1º/8/2000	Luiz Estêvão	Perda do mandato do titular (em 30 de junho de 2000)
Sibá Machado (PT-AC)	2003/2011	04/2/2003	Marina Silva	Licença da titular para ocupar o cargo de ministra do Meio Ambiente
Aelton Freitas (PL-MG)	1999/2007	1º/1/2003	José Alencar	Renúncia do titular para assumir a Vice-Presidência da República
Rodolpho Tourinho (PFL-BA)	1999/2007	1º/1/2003	Paulo Souto	Renúncia do titular para assumir o governo da Bahia
João Batista Motta (PSDB-ES)	1999/2007	1º/1/2003	Paulo Hartung	Renúncia do titular para assumir o governo do Espírito Santo
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2003/2011	11/1/2005	Duciomar Costa	Renúncia do titular para assumir a prefeitura de Belém
Wellington Salgado (PMDB-MG)	2003/2011	11/7/2005	Hélio Costa	Licença do titular para ocupar o cargo de ministro das Comunicações
Marcos Guerra (PSDB-ES)	2003/2011	11/5/2006	Gerson Camata	Licença do titular para ocupar o cargo de secretário de Desenvolvimento de Infra-Estrutura e dos Transportes do Espírito Santo
Roberto Cavalcanti (PRB-PB)	2003/2011	1º/8/2006	José Maranhão	Afastamento do titular para tratamento de saúde e de assuntos particulares até 30 de novembro de 2006
Geovani Borges (PMDB-AP)	2003/2011	1º/8/2006	Gilvan Borges	Afastamento para tratamento de saúde e de assuntos particulares até 25 de novembro de 2006

Obs.: Além do quadro acima, dependendo do segundo turno das eleições, em que os senadores Roseana Sarney (PFL-MA), Leonel Pavan (PSDB-SC), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Ana Júlia Carepa (PT-PA), José Maranhão (PMDB-PB) e Osmar Dias (PDT-PR) concorrem aos governos estaduais, os seus suplentes podem assumir definitivamente os quatro anos restantes do mandato. Caso o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) vença a eleição, sua suplente, Iris de Araújo (PMDB), assume a cadeira de 1º de janeiro a 1º de fevereiro de 2007, quando o mandato expira.

CPI DOS SANGUESSUGAS Faltaram três membros para que comissão pudesse realizar reunião na semana passada

FOTOS: J. FREITAS



Heloisa Helena reclama com Antonio Carlos Biscaia (D) contra cancelamento da reunião do colegiado

CPI busca quórum para votar requerimentos

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas pretende realizar reunião nesta terça-feira. A convocação foi feita pelo presidente do colegiado, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), depois de cancelar o encontro da semana passada por falta de quórum.

Para que fosse iniciada a votação de cerca de 200 requerimentos que constam da pauta, era necessária a presença de pelo menos 19 parlamentares, mas havia apenas 16. Biscaia cumpriu o Regimento Interno, aguardou 30 minutos e deu a reunião por encerrada, mesmo sob protestos de alguns membros que esperavam atingir o quórum nos minutos seguintes.

– Existe uma pauta grande de requerimentos, que inclui a convocação de pessoas para depor e a quebra de sigilos essenciais para o prosseguimento desta fase de investigação do [Poder] Executivo – afirmou Biscaia.

O parlamentar informou ainda que, para agilizar os trabalhos

da CPI mista, irá pessoalmente a Cuiabá nesta semana com o objetivo de avançar nas investigações sobre a tentativa de compra de um dossiê por pessoas ligadas ao PT com supostas acusações de envolvimento do governador eleito por São Paulo, José Serra, e do candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin, na chamada máfia das ambulâncias.

Um dos sub-relatores da CPI mista, deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), esteve semana passada no Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), juntamente com outros parlamentares, para solicitar informações sobre 87 saques superiores a R\$ 100 mil realizados nos bancos Safra, Bradesco e Boston, instituições de onde foi sacado o dinheiro (R\$ 1,7 milhão) para a compra do dossiê.

– Esses saques são pertinentes porque dizem respeito aos bancos mencionados [na investigação do dossiê]. Nós consideramos que esse é um caminho mais rápido do que pedir a quebra de sigilo bancário

de 500 pessoas. É uma opção – afirmou Gabeira.

Tuma vê intenção do governo em adiamento

Para o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), o governo federal está fazendo tudo para procrastinar as investigações sobre o episódio do dossiê, a fim de que as conclusões sejam anunciadas depois do segundo turno das eleições.

– A gente vê claramente que há um interesse do governo em não se chegar ao resultado das investigações porque há envolvimento de muitas pessoas ligadas diretamente à administração do governo nesse episódio – disse Tuma.

Para o deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE), um dos sub-relatores da CPI, a demora na votação de alguns requerimentos pode prejudicar as investigações do colegiado.

– Não podemos permitir que a CPI, aos poucos, transforme-se em um palco onde não se conclui absolutamente nada – destacou Santiago.

Disputa envolve divulgação de documentos

O conflito iniciado na CPI dos Sanguessugas em torno da questão do quórum agravou-se mais tarde, com a acusação da deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) de que o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), encarregado de trazer para a CPI material relativo às investigações sobre o dossiê, teria feito uma seleção tendenciosa do material.

A deputada entregou aos jornalistas cópia de um ofício assinado em 22 de setembro pelo delegado Diógenes Gomes Curado Filho, responsável pelo inquérito do dossiê, no qual este afirma estar enviando “as cópias dos autos escolhidas por vossa excelência” e um DVD no qual há imagens de José Serra entregando ambulâncias a prefeitos.

Gabeira alegou ter selecionado o que lhe pareceu relevante e que

o DVD – apreendido em poder de Paulo Trevisan, primo de Luiz Antônio Vedoin, o empresário que liderou o esquema dos sanguessugas – veio na íntegra. Vanessa Grazziotin estranhou que o deputado do PV não tenha requerido a cópia dos autos de apreensão em poder da PF. Já os deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Júlio Delgado (PSB-MG) afirmam que Gabeira não podia trazer para a CPI mais do que havia disponível – àquela altura os inquéritos ainda estariam magros, apenas com os primeiros depoimentos dos integrantes do PT envolvidos na negociação de um dossiê com Vedoin, dossiê que incriminaria o governador eleito de São Paulo, José Serra (PSDB).

– O dossiê de 2 mil páginas nem existe, segundo o próprio

delegado Diógenes – disse Sampaio, que esteve em Cuiabá na semana passada, juntamente com a deputada Grazziotin e mais dois membros da CPI, os deputados Paulo Rubem Santiago e Júlio Delgado.

O grupo de Sampaio e Gabeira acha que as investigações devem avançar na elucidação do escândalo do dossiê, inclusive na origem do dinheiro que seria usado para pagar pelas informações a serem prestadas por Vedoin. E cobraram de Biscaia compromisso que teria sido assumido de retomar a reunião na parte da tarde.

– Não quero bater boca com essa “turma” – frisou Biscaia, para quem a “turma” teria usado a CPI para conquistar votos e agora estaria tentando interferir na eleição presidencial.

Projetos da CPI dos Bingos começam a tramitar

A Mesa do Senado recebeu na última quarta-feira o comunicado oficial do encerramento das atividades da CPI dos Bingos. O ofício encaminha à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) cinco projetos de lei elaborados pelo colegiado e anexados ao relatório final, aprovado em 20 de junho último. O autor do documento é o senador Efraim Morais (PFL-PB), que presidiu a CPI.

Os projetos de lei do Senado apresentados são o PLS 274/06, que altera o Código Penal, transformando em crime a exploração de jogos de azar e tornando mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro; o PLS 275/06, que altera o Código de Processo Civil, estabelecendo o envio de ofício a tribunal em caso de aprovação de liminares que permitam a exploração de jogo de azar; o 276/06, que alte-

ra o Código de Processo Penal, criando recurso para decisão de juiz que negue requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.

Já o PLS 277/06 cria o pregão-eletrônico de urgência como nova modalidade de licitação pública, com o objetivo de só permitir a dispensa de licitação quando a contratação não possa, comprovadamente, esperar mais de 48 horas, o que dará posteriormente critérios para julgar os abusos na declaração de urgência.

O PLS 278/06, também proposto pela CPI dos Bingos, autoriza os estados e o Distrito Federal a explorarem loterias como serviço público, sem depender da legislação adotada pela União.

A CPI dos Bingos realizou mais de 80 reuniões ordinárias e teve 356 dias de atividade.

Investigações não serão atrasadas, diz sub-relator

O fato de o presidente da CPI dos Sanguessugas ter indeferido requerimento de Fernando Gabeira para realização de reunião da comissão na tarde de terça-feira passada (após cancelamento da agenda da manhã, por falta de quórum) não significa que Biscaia estaria atrasando o trabalho da CPI. Essa é a opinião de um dos sub-relatores da CPI, Paulo Rubem Santiago.

– Não posso concordar com a interpretação de que não aceitar uma convocação extraordinária, quando já havia sido feita convocação às 10h, é presumir que o presidente não quer investigar – disse.

Santiago ressaltou que o mais importante neste momento são as informações recebidas da Polícia Federal de Mato Grosso em relação a dois inquéritos. Um deles sobre o dossiê com supostas acusações de envolvimento de candidatos tucanos com a máfia das ambulâncias. E o outro sobre

investigações a respeito da ligação da Planam com o empresário Abel Pereira, que supostamente teria funcionado como receptor de propinas e teria ligação com o ex-ministro da Saúde Barjas Negri.

Para o sub-relator de Sistematização, deputado Carlos Sampaio, um dos que assinou o requerimento, é preciso votar, pelo menos, os pedidos de convocação de pessoas sobre as quais haja consenso e não tenham um “tom político”. Para ele, seria inoportuno, por exemplo, convocar ex-ministros e pessoas da cúpula do PT.

Constam da pauta da CPI cerca de 200 requerimentos, entre os quais os que pedem a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de várias pessoas. O colegiado deve examinar pedidos de Romeu Tuma para convocar Gedimar Passos, Valdebran Padilha, Hamilton Lacerda, Freud Godoy e Oswaldo Bargas.



Fernando Gabeira (à esquerda, com Amir Lando, relator da CPI) foi acusado por colega de ter selecionado material para investigação

O presidente da CPI lamentou ter recebido nova ameaça de morte de um homem que ligou para seu gabinete. E, para refutar

a acusação de que está tentando atrasar as investigações, confirmou a convocação de nova reunião para esta terça-feira.

PLENÁRIO

Saturnino lamenta teste nuclear na Ásia

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) lamentou que o mundo tenha sido surpreendido com a notícia da explosão de uma arma nuclear pela Coreia do Norte e elogiou a condenação do ato daquele país pela comunidade internacional, inclusive pelo Brasil. Ele alertou para o risco de o teste iniciar uma corrida armamentista na região devido às ações militares do Estados Unidos no Iraque e ao impasse com o Irã – outro país que detém tecnologia de armamento nuclear. Os três países são chamados de “eixo do mal” pelo presidente norte-americano George W. Bush.

Para Saturnino, a condenação à Coreia do Norte é extremamente necessária, mas, a seu ver, não basta condenar aquele país asiático, “que é pobre e vive sob

ameaça de uma invasão pelos Estados Unidos”.

– A Coreia do Norte tinha um programa de desenvolvimento de armas nucleares que foi sustado por interveniência e negociação no governo Bill Clinton, que buscava resolver as questões pela diplomacia e pela negociação. Mas infelizmente sucedeu a Clinton um outro governo que apela para a guerra, para a força – lamentou.

Saturnino sustentou que uma das mais importantes iniciativas de paz seria a de desarmar o clima de guerra que foi criado no Oriente Médio “com a



Saturnino alerta para risco de o ato da Coreia do Norte iniciar corrida armamentista na região

decisão unilateral e inopinada do governo norte-americano”.

Além disso, avaliou, existe por parte do governo Bush uma política de desrespeito à Organização das Nações Unidas (ONU), o que reforça a propensão dos países agredidos a retaliarem qualquer agressão.

ROOSEVELT PINHEIRO

Parlamento do Mercosul em dezembro

O presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), confirmou na semana passada que a instalação do Parlamento do Mercosul está prevista para o dia 14 de dezembro, em Brasília. A sugestão da data foi do próprio Zambiasi, aprovada por unanimidade pelos representantes dos países membros do bloco, em reunião na terça-feira, em Montevideu. O senador adiantou que a primeira questão que se debaterá na sessão de inauguração será a elaboração de um estatuto comum para as cooperativas dos países do bloco.

Para Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), o Mercosul, com a adesão de outros países, ganhará peso, o que o credenciará a tratar de “igual para igual” os demais blocos econômicos criados nas últimas décadas.

Papaléo sugere redução de alíquotas

Papaléo Paes (PSDB-AP) sugeriu a adoção de medidas capazes de simplificar a tributação, desonerar os cidadãos e as empresas e melhorar a arrecadação. Em sua avaliação, a redução de alíquotas do setor produtivo e a eficiência na cobrança de impostos seriam as soluções.

Para ele, as altas alíquotas, a burocracia e a taxação excessiva do funcionamento empresarial têm como consequência o aumento da sonegação. O senador explicou que alguns micro e pequenos empresários, para financiar atividades de sua empresa, lançam mão do dinheiro que seria destinado ao fisco, deixando de pagar tributos e elevando a evasão fiscal. Além disso, a pesada carga tributária leva as empresas à informalidade.

Renan: campanha civilizada é melhor para a democracia

Na opinião do presidente do Senado, Renan Calheiros, o povo brasileiro “não deseja radicalização” na campanha eleitoral que se realiza até o segundo turno da sucessão presidencial.

– Há um desejo da opinião pública por uma campanha civilizada, propositiva, em que cada um diga o que fez e ainda vai fazer, como vai melhorar a vida do país e das pessoas. Se esse

caminho for escolhido pelos dois candidatos, será melhor para a democracia – afirmou.

Renan disse ainda que está se esforçando para que o Senado vote, nesta terça-feira, as matérias que aguardam deliberação, entre elas, 14 medidas provisórias.

Questionado sobre as idéias do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, de prorroga-

ção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), Renan frisou que qualquer mudança nessa área tem que ser feita no âmbito da reforma tributária, já votada no Senado e que aguarda deliberação na Câmara. De acordo com o presidente do Senado, a prorrogação da CPMF precisa ser discutida num plano em que se articularia um mecanismo para

que, toda vez que houvesse elevação da receita, fosse possível diminuir a carga tributária.

Sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Renan ressaltou que ele deveria ter sido votado antes da remessa do Orçamento ao Congresso.

– Como não foi possível, em função da crise política, vamos ter que votar a LDO antes da votação do Orçamento. Mas isso

é possível sim.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o governo a ser eleito no próximo dia 29 terá de “transportar dois grandes obstáculos para permitir que o Brasil retome a trajetória de uma nação emergente viável: a carga tributária e o peso da carga burocrática”. Ele ressaltou que a carga tributária brasileira está próxima de 40% do produto interno bruto (PIB).

Oposição critica postura do presidente Lula

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse que, “embora temeroso”, o presidente Lula foi arrogante durante o debate com Geraldo Alckmin, na TV Bandeirantes, no dia 8. Virgílio avalizou as críticas feitas pelo candidato de seu partido à política externa do governo.

– O Brasil tinha intenção de obter o posto definitivo no Conselho de Segurança da ONU. Não conseguiu. Perdeu a chefia do Banco Interamericano de Desenvolvimento; perdeu na OMC [Organização Mundial do Comércio]; e não obteve nenhum avanço em relação ao Mercosul.

Heráclito Fortes (PFL-PI) criti-

cou Lula por não ter respondido “com clareza” questionamentos feitos a ele no debate acerca de acusações de corrupção contra membros do PT.

Ao tecer comentários sobre o debate, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o presidente fugiu das discussões, uma vez que não tinha argumentos para contrapor a Alckmin. O senador considerou equivocada a política externa do governo federal e criticou especialmente as concessões – segundo ele, feitas em vão – pelo Brasil à China.

Já Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse acreditar que Lula “foi apanhado” na mentira

por ter dito em discurso que Alckmin iria privatizar o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras.

– Não há uma só linha sobre isso no programa de Alckmin. Se o PT é tão contrário à privatização, por que o seu governo não comprou de volta a Embratel, que foi vendida há pouco tempo por um terço do preço pago na privatização? – questionou.

Na opinião de Papaléo Paes (PSDB-AP), “demos a oportunidade que Lula merecia, mas já chega. Alckmin, a seu estilo, conseguiu impor a sua condição de homem preparado, colocando Lula no seu devido lugar”.

Suplicy e Saturnino analisam debate na TV

Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou o candidato à Presidência pelo PSDB, Geraldo Alckmin, “que, contrariando postura adotada anteriormente”, teria usado, no debate promovido pela TV Bandeirantes, um tom agressivo e um estilo desrespeitoso.

Suplicy disse que as críticas de Alckmin sobre a política externa do governo não procedem.

– Foram vendidos cem aviões da Embraer para a China,

maior negócio dos últimos anos – salientou, frisando que Lula foi “ainda mais eficaz” em sua resposta sobre a Bolívia.

“A política externa do governo Lula dá prioridade à questão sul-americana, adotando postura moderada em relação aos países mais pobres da região”, disse. O parlamentar indagou se a política externa proposta por Alckmin não seria “truculenta com os mais fracos” e “submissa aos

fortes”, aceitando a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Já Roberto Saturnino (PT-RJ) observou que o debate tornou patente a imagem de Alckmin “como representante da elite paulista endinheirada, com pouca sensibilidade social e privatista”.

Essa visão estaria confrontada com a de Lula – acrescentou – “que sustenta uma prioridade não-desenvolvimentista, mas de emancipação do povo pela distribuição da renda”.

– Basta olhar os dois para saber quem é o candidato do mercado e o do povo – afirmou.

Ideli condena privatizações feitas no governo FHC

Para Ideli Salvatti (PT-SC), a população brasileira tem o direito de questionar o candidato Geraldo Alckmin sobre privatização de estatais. Ela afirmou que “76% do patrimônio público brasileiro” foi privatizado durante os dois mandatos de Fernando Henrique, também do PSDB.

A líder do PT lembrou que o candidato tucano privatizou a rede de transmissão de energia elétrica em sua gestão como governador de São Paulo. Ela também refutou as críticas da oposição em relação ao avião presidencial, o “Aerolula”,

dizendo que ele é patrimônio público do Estado.

Virgílio reclama de boatos contra PSDB

Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) protestou contra boatos que estariam sendo espalhados em Manaquiri (AM). Segundo ele, “cabos eleitorais de Lula” estariam divulgando que, em um eventual governo do PSDB, a cidade ficaria sem energia elétrica e sem o Bolsa Família, e o Pólo Industrial de Manaus seria extinto. “Vale a pena alguém tentar se eleger mentindo?”, questionou.

Tião Viana e Almeida Lima comentam pesquisas

Tião Viana (PT-AC) comentou o resultado da pesquisa sobre o segundo turno eleitoral divulgada pelo Instituto Datafolha no dia 10. Segundo o Datafolha, considerando os votos válidos, Lula oscilou de 54% para 56% e Alckmin, de 46% para 44%, depois do debate entre os candidatos na TV Bandeirantes. O senador comentou que Alckmin perdeu mais pontos nos segmentos da população que deram

mais audiência e repercussão ao debate.

Já Almeida Lima (PMDB-SE) classificou como uma impostura a divulgação de números das campanhas eleitorais por institutos de pesquisas. Ele ressaltou que vários institutos “não tiveram sequer o trabalho de pedir desculpas ao povo brasileiro pelo erro cometido quando foram surpreendidos com o resultado que levou Alckmin ao segundo turno”.

Voz do Leitor

POLÍTICOS

“O pior analfabeto é o analfabeto político, pois este não fala e não participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. Ele não sabe que de sua ignorância nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e os piores de todos os bandidos, que são os políticos corruptos e exploradores.”

Rildo Alves de Oliveira,
de Desterro (PB)

POBRES

“O presidente Lula, em discurso recente, enfatizou que é melhor governar para o pobre. Mas esta não é a realidade, pois seu governo está concedendo reajuste salarial às classes mais privilegiadas, como o Poder Judiciário, e deixando fora as classes mais pobres, como os servidores de nível médio que estão sem reajuste desde 1995, e a quem foi concedido um aumento de apenas 1%.”

José Paulo Gonçalves de Almeida, do Rio de Janeiro (RJ)

POLÍCIA FEDERAL

“Gostaria de parabenizar a Polícia Federal pela grande revolução contra a corrupção do dinheiro público. Que bom seria se os parlamentares eleitos pelo povo tivessem mais responsabilidade com nossas riquezas.”

Ronaldo Rodrigues de Souza,
de São Paulo (SP)

CRIMES POLÍTICOS

“Por que os políticos que cometem crimes nunca são punidos com a prisão, uma vez que a Constituição Federal afirma que todos são iguais perante a lei?”

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Samuel Campos Ferreira,
de Botelho (MG)

AMAZÔNIA

“Acho um absurdo que os estrangeiros queiram privatizar a Amazônia. Se os governantes me dessem três meses para administrar o país, eu faria a soberania brasileira valer.”

Sofia Barroso Braga da Costa,
de Manaus (AM)

IMPUNIDADE

“Discordo com a proposta de reforma política do presidente Lula. Antes de haver propostas de reforma, deve-se acabar com a impunidade.”

Guido Chiniara Batuta,
de Valinhos (SP)

POVO EXCLUÍDO

“Lamentavelmente, o Nordeste brasileiro, uma região tão sofrida e esquecida pelo atual governo, é apenas um curral eleitoral barato dos grandes políticos, que compram o voto do povo com esmolas. O estranho é que essa gente excluída decide a eleição, mas não encontra ninguém que lhe abra caminho para a plena cidadania.”

Murilo Augusto de Medeiros,
de Mamanguape (PB)

ETNIAS

“Solicito uma reformulação nas leis do país para que estas passem a respeitar mais as diferenças étnicas, pois todos os seres humanos são iguais.”

José Aparecido Alves,
de Tanque Novo (BA)

EDUCAÇÃO

“Sugiro que o governo terceirize as escolas públicas, pois o sistema de ensino público está falido principalmente no estado São Paulo.”

Tiago Henrique,
de Barrinha (SP)

Pergunte ao Senador

CARGA TRIBUTÁRIA

Oberdan Francisco Meijon da Silva, de Congonhas (MG)

Qual é a posição dos senadores em relação à carga tributária no país, que na minha opinião está absurdamente alta?

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) responde:



Sem dúvida, meu caro Oberdan, a carga tributária está extremamente alta. Hoje, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pensa bem diferente do que pensava e falava no passado. Quando dizia que a carga tributária empobrecia a população brasileira, era verdade. Hoje, o governo do PT não toma nenhuma providência para diminuir a carga representada pela cobrança de impostos que tanto oneram a nossa população, e com isso está levando a quase uma falência das famílias da classe trabalhadora. A carga tributária encarece os produtos e os alimentos e, ao elevar o preço da alimentação, prejudica particularmente aquelas famílias mais pobres. A política aplicada aos impostos faz com que o frete e as mercadorias fiquem cada vez mais caros. É necessário que nós tenhamos uma política urgente voltada para diminuir o valor dos impostos, desonerando a população brasileira. Essa forma de política fiscal já existe em várias partes do mundo. Os países mais desenvolvidos tomaram tal providência. Fica claro assim, prezado Oberdan, que a situação precisa ser mudada.

Agora é lei

Agentes comunitários de saúde

A profissão dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias agora está regulamentada. A promulgação da Lei 11.350/06 foi publicada no *Diário Oficial* da União do dia 6 de outubro (fls. 144). De acordo com a nova legislação, as atividades dos agentes serão exercidas exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com o texto, esses profissionais são obrigados a residir na área em que atuarem, além de ser necessário que tenham concluído o curso de qualificação básica e o ensino fundamental.

Os senadores decidiram aprovar a regulamentação, embora existam divergências quanto à contratação dos agentes com base nas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como prevê a nova lei, e ao processo de seleção desses profissionais.

Para evitar que a proposta voltasse à Câmara dos Deputados, caso fosse modificada, o Senado aprovou no mesmo dia, em regime de urgência, projeto de lei (PLS 41/06) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Se a proposta também for acolhida pela Câmara, os agentes passarão para o regime estatutário, que garante mais estabilidade.

Para dar maior transparência ao processo seletivo público, o projeto estabelece a realização de provas, entrevistas e títulos e a participação do conselho de saúde local em todas as fases da seleção.

Frases

“Espero que tenhamos, no segundo turno, uma campanha civilizada, propositiva. Essa radicalização pode saturar o eleitorado, desgastar ainda mais as instituições”

Renan Calheiros, defendendo a apresentação, pelos candidatos à Presidência da República, de propostas para governar o país.

“Trata-se de um verdadeiro terrorismo eleitoral, de uma tentativa desesperada de criar uma atmosfera de medo para assustar a população menos esclarecida”

José Jorge, ao acusar o PT de espalhar boatos de que o tucano Geraldo Alckmin teria intenção de privatizar estatais.

“Querem discutir ética, mas o que está em jogo é o divisor de águas entre essa discussão e a injustiça social. Combater a corrupção é obrigação, mas o governo Lula está dando demonstração inequívoca de combate à desigualdade social”

Ideli Salvatti, citando artigo do professor Cândido Mendes para rebater acusações feitas a Lula por Alckmin durante debate na TV Bandeirantes.

“Ninguém se alimenta de ataques a adversários, por mais que o confronto de idéias faça parte do cotidiano da política”

Tião Viana, sobre resultado do *Datafolha* que mostrou aumento da vantagem de Lula, apesar da postura agressiva de Alckmin no debate.

“O Alckmin não deve ser linear. Vai falar de corrupção? Tem que falar duro!”

Arthur Virgílio, ao defender a agressividade de Alckmin no debate.

“O debate apontou o representante da elite paulista endinheirada em confronto com um homem originário do povo”

Roberto Saturnino, ao avaliar o evento favoravelmente a Lula.

“Eu sei o que é enfrentar essa organização criminosa que é o PT associado ao sistema financeiro. Nós estamos aqui para declarar guerra - é guerra mesmo - para acabar com a corrupção”

Mão Santa, sobre o segundo turno das eleições.

Foto da Semana

Eleito senador pelo PRTB no último dia 1º com 40,03% dos votos válidos alagoanos, Fernando Collor de Mello volta a ocupar um cargo público 14 anos após o impeachment que o tirou da Presidência da República. Na última sexta-feira, o ex-presidente, que irá ocupar a vaga da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), visitou o Senado acompanhado de sua esposa, Caroline Medeiros



J. FREITAS

TV vai a Paris com Lévi-Strauss

A Delegação do Brasil junto à Unesco apresentará o documentário *Lévi-Strauss: saudades do Brasil*, de Maria Maia, nesta segunda-feira, dia 16 de outubro, em Paris. O evento deverá reunir personalidades da cultura brasileira na capital francesa, bem como professores, estudiosos e pessoas interessadas na obra e na personalidade de Claude Lévi-Strauss.

O filme, produzido pela TV Senado em 2005, faz uma reconstituição da experiência vivenciada pelo pensador francês no país no início da carreira e conta com uma entrevista exclusiva do próprio Lévi-Strauss. O documentário traz os depoimentos de Antonio Cândido, Jean Malaurie (editor de *Tristes trópicos*, uma das principais obras do antropólogo), Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiros de

DIVULGAÇÃO/TV SENADO



Produzido pela TV Senado, o documentário mostra vivências do pensador Lévi-Strauss no Brasil, entre elas expedições a comunidades indígenas

Castro, entre outros. Além disso, tem a participação especial de Caetano Veloso e da atriz Juliana Carneiro da Cunha.

Lévi-Strauss chegou ao Brasil

em 1935, na segunda leva de professores europeus que vieram dar aula na recém-criada Universidade de São Paulo (USP). Dali, organizou, com

de Felipe Gatto. A versão para o francês conta com tradução e narração de Jean François Cleaver e preparação de vozes de Dora Rocha.

o apoio de Mário de Andrade, as famosas expedições aos povos bororos, kadiwéus e namibiquaras, que resultaram, 15 anos depois, no livro *Tristes trópicos*.

O documentário é assinado por Maria Maia (direção, roteiro e pesquisa), e teve a produção de Déa Barbosa; edição de Edvaldo Cuaio; imagens de Elder Miranda, Marcos Silva e Rafael Sobrinho; e

computação gráfica

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

A ocupação amazônica: uma questão geopolítica

ALEXANDRE GUIMARÃES

A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita, de Nelson de Figueiredo Ribeiro, é um desses livros que conseguem fazer uma exposição plena do conteúdo, sendo, ao mesmo tempo, objetivo e agradável à leitura.

Essa obra, volume 64 das Edições do Senado, tem seu esqueleto centrado na história da região desde o início da colonização da América por espanhóis e portugueses. O leitor pode acompanhar todas as diferentes fases da ocupação da Amazônia, desde a construção das primeiras fortalezas até as recentes políticas de desenvolvimento – pelo incentivo dado à agricultura – e a crescente preocupação ambiental, especialmente com a devastação da floresta e as queimadas.

No entanto, permeiam no livro as preocupações com os interesses estrangeiros, mormente as atuais relativas à biopirataria – roubo de nossa diversidade da fauna e, sobretudo, da flora. Também são discutidos os principais projetos estrangeiros de incentivo à pesquisa científica: Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais e Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na

Amazônia. Outro tópico de destaque é o Serviço de Vigilância da Amazônia e Serviço de Proteção da Amazônia (Sivam/Sipam).

O paraense Nelson de Figueiredo Ribeiro, um dos maiores especialistas brasileiros sobre o assunto, é professor titular da Universidade Federal do Pará (UFPA) e ex-secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente daquele estado.

Por fim, cabe dizer que *A questão geopolítica da Amazônia* é fundamental para trabalhos que tratem da Amazônia e seus problemas, além de ser leitura obrigatória, em especial, para estudiosos de Relações Internacionais, Direito Internacional Público, Geografia ou História do Brasil.



Capa da obra do paraense Nelson Ribeiro: referência no tema para estudiosos

REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*, de Nelson Figueiredo Ribeiro, é o volume 64 das Edições do Senado e pode ser adquirido por R\$ 25. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Terceiro setor será discutido no Senado

A crescente e importante atuação das organizações que formam o terceiro setor – somente no Brasil estima-se que haja mais de 270 mil entidades sem fins lucrativos – é um dos motivos para que o assunto tenha sido escolhido para o 2º Fórum Senado Debate Brasil, que será realizado pela Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais do Senado nos dias 29 e 30 de novembro.

Estudos indicam que o terceiro setor no Brasil representa 5% do produto interno bruto (PIB) e gera cerca de 3 milhões de empregos diretos. Por isso a proposta é fortalecer os vínculos do Parlamento com a sociedade civil organizada. Para isso, serão discutidas ações que possam ser aprovadas pelos parlamentares visando melhorar a vida dos cidadãos.

Participarão do fórum, que tem como tema “Terceiro setor – cenários e perspectivas”, representantes de organizações não-governamentais, de associações,



A primeira edição reuniu, em junho de 2005, especialistas que trataram do tema “Transporte: Entraves e Perspectivas”

de fundações, do meio acadêmico e parlamentares.

As inscrições podem ser feitas no site do evento (www.senado.gov.br/comunica/forumdebatebrasil) até dia 26 de novembro. Os painéis, que contarão com expositores, debatedores e moderadores, irão tratar sobre a heterogeneidade do terceiro setor, experiências internacionais e brasileiras, o marco legal, financiamento e

fiscalização.

Estão confirmadas as presenças de expositores que representam o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Grupo de institutos Fundações e Empresas, Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (Alop), Instituto Ayrton Senna e Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco), entre outros.

Entraves e soluções para a área de transporte estiveram em discussão

O 1º Fórum Senado Debate Brasil foi realizado nos dias 28 e 29 de junho do ano passado, quando se discutiu o tema “Transporte: Entraves e Perspectivas”.

Os participantes demonstraram na ocasião temor por um possível “apagão logístico”.

No 2º Fórum Senado Debate Brasil, o presidente do Senado, Renan Calheiros, fará a abertura

do evento, dia 29 de novembro, às 9h30, na sede do Interlegis, em Brasília.

No mesmo dia, às 10h, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) falará sobre as perspectivas do Poder Legislativo.

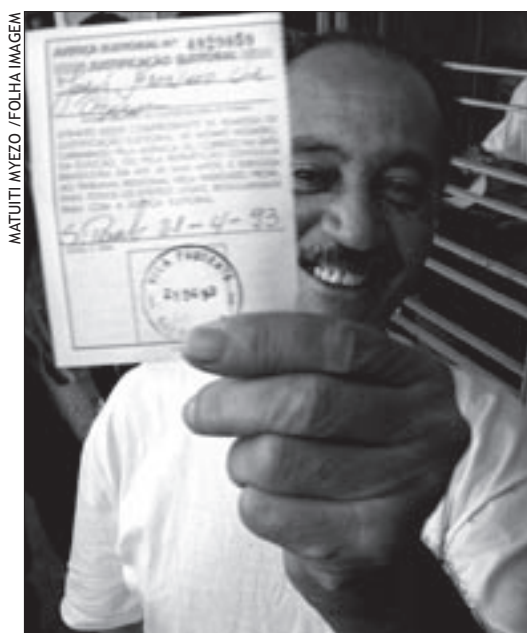
Farão aberturas de painéis os senadores Flávio Arns (PT-PR), Patrícia Saboya (PSB-CE), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Paulo Octávio (PFL-DF).

Senado oferece dia especial para as crianças

Nesta segunda-feira, dia 16, o Senado realiza o evento “Eu senador o dia das crianças!”, no Salão Negro. Os pequenos, filhos dos servidores da Casa, receberão vale-lanche e cartilhas e poderão ser fotografados com o boneco do Menino Maluquinho.

Aconteceu no Senado

Depois de uma campanha nacional, incluindo apresentação do horário eleitoral gratuito em rádio e TV, cidadãos foram às urnas



MATUITI INVEZO / FOLHA IMAGEM

Plebiscito ratificou forma e sistema de governo

A Emenda Constitucional nº 2 foi promulgada, em sessão solene do Congresso Nacional, em 25 de agosto de 1992. Ela tratava de regulamentar o artigo 2º das Disposições Transitórias da Carta de 1988 que previa a realização de um plebiscito para que o povo brasileiro decidisse a forma e o sistema de governo que seriam adotados pelo país: monarquia ou república, e presidencialismo ou parlamentarismo.

O texto promulgado pelas Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados – então presididas pelo senador Mauro

Benevides (CE) e pelo deputado Ibsen Pinheiro (RS) – definia que o plebiscito se realizaria no dia 21 de abril de 1993. Após a criação de uma campanha nacional, inclusive com a apresentação do horário eleitoral gratuito em rádio e TV, os eleitores foram às urnas.

Os resultados finais foram vitórias esmagadoras tanto da república quanto do presidencialismo. Dos 90,5 milhões de eleitores que comparecem às urnas, 66% votaram a favor da república, contra 10% favoráveis à monarquia. O presidencialismo recebeu cerca

de 55% dos votos e o regime parlamentarista, 25%.

Os defensores da monarquia e do parlamentarismo alegaram que a antecipação do plebiscito – que, segundo eles, deveria ter sido realizado seis meses mais tarde – e o processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, ainda recente na mente dos eleitores, teriam exercido efeitos negativos em sua campanha. De fato, a abstenção foi altíssima (25,7%) e, dos que foram às urnas, quase 18% anularam o voto ou deixaram as cédulas em branco.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Direitos e deveres para presos e familiares

Em 1993, a população brasileira encarcerada era de 148,7 mil pessoas. Dez anos mais tarde, esse número saltou para 302,4 mil presos e, em dezembro de 2005, já eram 361,4 mil. A taxa de encarceramento saltou de 95,5 para cerca de 200 presos para cada 100 mil habitantes. Acredita-se ainda que existam mais de 300

mil mandados de prisão a serem cumpridos, o que faz supor que a população carcerária tende a continuar crescendo. Veja nesta edição do Especial Cidadania quais os direitos e deveres dos detentos e como obter o auxílio-reclusão, benefício da Previdência Social criado para amparar e garantir a subsistência de seus dependentes.



Reeducando do presídio Pascoal Ramos (MS) durante exposição: direito a trabalho e remuneração

Auxílio-reclusão é pago pela Previdência Social

O auxílio-reclusão é um benefício pago pela Previdência Social aos dependentes carentes do preso contribuinte do INSS para garantir seu sustento. O benefício é devido tanto na hipótese de prisão provisória quanto na definitiva e não tem caráter indenizatório, e o detento não possui qualquer direito sobre ele.

Os dependentes podem ser os pais, o cônjuge, o(a) companheiro(a), os filhos não-emancipados menores de 21 anos ou pessoa inválida de qualquer idade.

Para ter direito é preciso que o preso estivesse trabalhando com carteira assinada com salário inferior a R\$ 350 ou contribuindo como autônomo à Previdência antes de ser recolhido à prisão.

Também é necessário provar

que a relação de dependência existia antes da prisão e que o segurado não recebe salário da empresa em que trabalhava nem auxílio-doença ou aposentadoria, além da carência de recursos.

Não há período de carência para benefício

O valor do benefício corresponde a 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia no dia da prisão ou que teria direito se estivesse aposentado por invalidez. Se o preso tiver mais de um dependente, o auxílio-reclusão será dividido entre todos. Quando um dependente perder o direito ao benefício, a sua parte será dividida entre os demais. Não há período de carência para ter direito ao auxílio-reclusão e

a data de início do benefício é a data do efetivo recolhimento do segurado à prisão, se requerido até 30 dias depois, ou a data do requerimento, se ele for feito após 30 dias do recolhimento à prisão.

O auxílio-reclusão deixa de ser pago:

- ▶ em caso de morte do segurado, quando é convertido em pensão por morte;
- ▶ em caso de fuga, liberdade condicional, transferência para prisão albergue ou extinção da pena;
- ▶ quando o dependente completar 21 anos ou for emancipado; ou
- ▶ com o fim da invalidez ou com a morte do dependente.

A quem recorrer para garantir a aplicação das leis

▶ **Diretor do presídio** – Todos os direitos do preso podem ser reclamados diretamente ao diretor do presídio, pois todo detento tem direito a audiência.

▶ **Juiz do processo ou de execução** – A Lei de Execução Penal e a Constituição do Brasil garantem ao preso que toda ofensa, ou até mesmo ameaça de ofensa aos seus direitos, pode ser denunciada ao juiz responsável – que julga o processo, caso o detento ainda não tenha sido condenado ou esteja recorrendo de decisão – ou ao juiz de execução penal,

caso o preso tenha sido condenado em última instância. O juiz tem o dever de decidir sobre a reclamação do preso, que tem o direito de pedir uma audiência com o magistrado, por meio do seu advogado. Se o preso for pobre, o juiz deve nomear um defensor público. Ninguém responde a processo sem ser defendido por advogado.

▶ **Conselho da Comunidade** – A lei prevê a instalação, em cada cidade, de um Conselho da Comunidade, responsável por visitar os estabelecimentos penais;

entrevistar os presos; apresentar relatórios mensais ao juiz de execução penal e ao Conselho Penitenciário; e trabalhar pela obtenção de recursos para dar melhor assistência ao preso.

▶ **Conselho Penitenciário** – Órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, que emite parecer sobre indulto e comutação de pena e inspeciona os estabelecimentos e serviços penais.

▶ **Departamento Penitenciário Estadual**
▶ **Ministério Público Estadual**

O que diz a legislação brasileira em vigor

A assistência ao preso é dever do Estado. Essa proteção visa à prevenção do crime e ao retorno do encarcerado em condições de conviver em sociedade.

Deveres

- ▶ Submeter-se às normas de execução da pena;
- ▶ comportar-se com disciplina e cumprir fielmente a sentença;
- ▶ obedecer ao servidor e respeitar qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;
- ▶ executar o trabalho, as tarefas e as ordens recebidas;
- ▶ submeter-se à sanção disciplinar imposta;
- ▶ indenizar a vítima e o Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, por meio de desconto no salário recebido pelo trabalho na prisão;
- ▶ manter higiene pessoal e o asseio da cela ou alojamento;
- ▶ conservar os objetos de uso pessoal fornecidos pelo Estado.

Direitos

- ▶ À integridade física e moral;
- ▶ à alimentação e vestuário suficientes;
- ▶ ao trabalho e remuneração de, no mínimo, 75% do salário mínimo;
- ▶ à Previdência Social;
- ▶ à divisão do tempo para trabalho, descanso e recreação;
- ▶ à assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
- ▶ à proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
- ▶ à entrevista pessoal e reservada com o advogado;
- ▶ à visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
- ▶ a ser chamado pelo nome;
- ▶ à audiência especial com o diretor do estabelecimento;

▶ a representar e peticionar a qualquer autoridade, em defesa de direito;

- ▶ à correspondência, leitura e acesso a outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes; e
- ▶ ao atestado de pena a cumprir.

Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)

Caso o preso cometa falta grave (crime doloso, subversão da ordem ou disciplina internas), o juiz, a pedido do diretor do presídio e depois de ouvir o Ministério Público e o advogado do preso, pode decidir pela sua inclusão no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Criado pela Lei 10.792/03, o regime suspende ou restringe direitos.

- ▶ Duração máxima de 360 dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada;
- ▶ recolhimento em cela individual;
- ▶ visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas;
- ▶ o preso terá direito à saída da cela por duas horas diárias para banho de sol.

Os presos que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade ou que sejam suspeitos de envolvimento ou participação em organizações criminosas, quadrilha ou bando também podem ser submetidos ao RDD.

Já os períodos de isolamento, suspensão e restrição de direitos estabelecidos pela direção do presídio não pode exceder 30 dias, exceto se o preso for submetido ao RDD.

Visitas e integração com a família

A revista dos familiares dos presos não pode ser humilhante e a inspeção das mulheres deve ser feita por agentes prisionais femininos.

A visita íntima ainda não está regulamentada e tem sido permitida em caráter experimental, condicionada ao comportamento do preso, à segurança do presídio e às condições da unidade prisional.

A lei assegura às presas o direito de permanecerem com seus filhos durante o período de amamentação, que é de 120 dias.

Informações e projetos de lei

Informações

Ministério da Justiça
Departamento Penitenciário Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bl. T,
Anexo II - Salas 624/635
70064-900 Brasília (DF)
61 3429-3187/3601
www.mj.gov.br/depen

Ministério da Previdência e Assistência Social
Esplanada dos Ministérios, Bl. F,
Anexo II - Salas 624/635
70059-900 Brasília (DF)
0800 78-7191
www.mpas.gov.br

Ministério Público nos estados

Projetos de lei

PLS 217/06 - Autoriza a instalação de salas de aulas nos presídios. Autor: senador Cristovam Buarque (PT-DF)

PLS 265/06 - Institui a remissão de pena pelo estudo. Autor: senador Cristovam Buarque

PLS 158/06 - Dispõe sobre o isolamento preventivo ou a inclusão provisória no regime disciplinar diferenciado. Autor: senador Romeu Tuma (PFL-SP)

PLC 105/03 - Dispõe sobre as penitenciárias de mulheres

PLC 95/02 - Institui o ensino médio nas penitenciárias